

Mulheres e Homens contra a Violência Doméstica e pela Paz

Clara Charf
Vera Vieira
(Orgs.)

Projeto

REDEFININDO PAZ - MULHERES NA LIDERANÇA

**Violência doméstica: construção de
metodologia de educação popular feminista
específica para trabalhar com mulheres e homens**

realização



parcerias



apoio



patrocínio



São Paulo - 2012 - 3ª edição (ampliada)

Organizadoras: Clara Charf e Vera Vieira

Grupo de especialistas: Beatriz Cannabrava, Clara Charf,
Maria Amélia Teles, Maria José Lopes Souza,
Silvani Arruda, Nilza Iraci e Vera Vieira.

Sistematização das sessões de trabalho: Walkíria Lobo Ferraz

Projeto gráfico e editoração: Engigraf

Revisão: Denise Gomide

Tiragem desta edição, ampliada: 1.000 exemplares

Associação Mulheres pela Paz

Praça da República, 376, 7º. andar, cj.71

Centro - CEP 01045-000 - São Paulo/SP

Telefax: (55-11) 3224-9454

E-mail: associacao@mulherespaz.org.br

Website: www.mulherespaz.org.br

MUDAR É UM ATO DE CORAGEM

É aceitação plena e consciente do desafio.
É trabalho árduo para hoje, é trabalho duro para agora
e os frutos só virão amanhã, quem sabe, tão distante.
Mas quando temos a certeza de estarmos no rumo certo
a caminhada é tranquila.
E quando temos fé e firmeza de propósitos
é fácil suportar as dificuldades do dia a dia.
A caminhada é longa; muitas pessoas ficarão à margem,
outras, vão sair da estrada.
É assim mesmo.
Mas as que ficarem chegarão, com certeza.
Olhe bem ao seu redor.
As outras pessoas também têm problemas
e dificuldades como você.
E têm muitas dúvidas sobre o novo.
Converse com elas, diga como se sente e pensa,
fale das mudanças.
Não feche a janela em que você se debruça;
convide quem está a seu lado
para que venha ver da mesma perspectiva.
Assim, todas e todos nós iremos tentando descobrir, a cada dia,
novas formas de viver e trabalhar.
Assim, em pouco tempo,
nos convenceremos de que não é tão difícil mudar.

Autora desconhecida

Fonte: Fórum de Mulheres de Alagoas



Apresentação



Este Caderno de Educação Popular Feminista é composto de sugestões para um processo de criação coletiva, no marco do projeto *REDEFININDO PAZ - Violência Doméstica: construção de metodologia de educação popular feminista para trabalhar com mulheres e homens*, da Associação Mulheres pela Paz. Sob a perspectiva da redefinição do conceito de paz, como prática cotidiana alicerçada na segurança humana e na justiça, o projeto considera que a harmonia das relações de gênero depende do esforço de mulheres e homens, pois gênero é uma construção social que necessita ser modificada por ambos, visando a alcançar uma sociedade com paz e justiça.

Na primeira etapa, em 2011, as atividades abaixo abarcaram três cidades de diferentes regiões brasileiras: Porto Alegre (RS), região Sul; Macapá (AP), região Norte, e São Bernardo do Campo (SP), região Sudeste. Em 2012, as atividades se realizam em Aracaju (SE), região Nordeste, e Cuiabá (MT), região Centro-Oeste. Também há duas atividades na cidade de São Paulo (SP), sendo uma para avaliação e consenso sobre as premissas da metodologia em construção e outro para o lançamento dos produtos do projeto, entre eles, um livro e um videodocumentário.

 Oficina de educação popular feminista sobre violência doméstica, interconectada ao conceito ampliado de paz (Resolução 1325 da Organização das Nações Unidas - ONU), com a participação de, aproximadamente, 60 pessoas, de ambos os sexos, incluindo jovens, com dois dias de duração.

 Exposição *1000 Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo*, por um período de até 30 dias, com a realização de painel de abertura, aberta ao público em geral e com a participação da mídia, sobre o histórico da indicação coletiva ao Prêmio Nobel da Paz 2005 e sobre a importância de se trabalhar com mulheres e homens para avançar na luta contra a violência doméstica.

Para levar adiante essas ações, a Associação Mulheres pela Paz conta com a importante parceria nacional de algumas entidades, cujas representantes atuaram incisivamente no primeiro passo: em três sessões de trabalho com especialistas dessas organizações, foi discutido o conteúdo deste Caderno. Foi um rico processo de aprofundamento na metodologia e na temática, com a participação de: Beatriz Cannabrava e Maria José Lopes Souza (Rede Mulher de Educação), Silvani Arruda (Instituto Promundo), Amelinha Teles (União de Mulheres de São Paulo) e Sonia Nascimento e Nilza Iraci (Geledés – Instituto da Mulher Negra). Pela Associação Mulheres pela Paz, participaram Clara Charf e Vera Vieira, além de Walkíria Lobo Ferraz, que ficou encarregada da sistematização das sessões. Posteriormente, em cada uma das regiões, juntamente com representantes das parcerias



locais, foi feita a adaptação metodológica, levando em conta a realidade específica.

A primeira parte deste Caderno, intitulada *Conceitos básicos*, foca a Resolução 1325 da Organização das Nações Unidas (ONU), que amplia o sentido da palavra “paz” para além de oposição à guerra, rementendo-a para as ações que se dão no cotidiano, buscando, também, aprofundar o entendimento sobre a origem e os desafios da violência contra a mulher. A segunda parte, intitulada *Para ler, refletir e praticar*, apresenta sugestões de dinâmicas de educação popular feminista e textos de apoio, com espaços para que as(os) participantes das oficinas exercitem o que foi discutido, assim como contribuam com práticas locais, em um processo dialógico de criação coletiva.

Registre-se, também, a criação de dois outros materiais de apoio às atividades - um folder e um pôster -, de autoria da jornalista Fernanda Pompeu e da artista gráfica Angela Mattos, cuja criatividade visual e escrita em muito contribuirá para a abordagem de tão desafiante tema.

Esperamos que mulheres e homens arragacem as mangas e peguem nas pás para construir, conjuntamente, esta proposta metodológica, ampliando os horizontes na luta contra a violência doméstica, em busca da concretização de um mundo de paz.

Um agradecimento especial a todas as mulheres e a todos os homens, a todas as entidades parceiras, às organizações apoiadoras — Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo (Suíça), EED (Alemanha), Fundação Avina, Instituto Avon, Vital Voices, NNEDV/EUA, Secretaria de Políticas para Mulheres do Governo Federal —, bem como à patrocinadora Petrobras.

Clara Charf e Vera Vieira



Conceitos básicos	11
O conceito ampliado de paz	13
O que é gênero?	21
O que é violência doméstica?	25
Para ler, refletir e praticar	29
Gênero e masculinidades	31
A educação popular feminista e a paz	35
A nova mulher e o novo homem: em busca da sensibilidade conjunta	39
Diversidade Sexual: conhecer para respeitar as diferenças	45
Sem sexismo, sem racismo: por uma real cultura de paz	51
O consumo de imagens e palavras estereotipadas reforça padrões comportamentais..	55
Nascer mulher ainda pode ser considerado um fator de risco	61
<i>Redefinindo Paz: uma alternativa inovadora para o enfrentamento</i>	
da violência contra a mulher	67
O caso Eliza Samudio e o machismo total	71
A Lei Maria da Penha	75
Campanha do Laço Branco	79
A metodologia e as dinâmicas de educação popular feminista	83
O que é a metodologia de educação popular feminista?.....	85
A metodologia de oficina de educação popular feminista desenvolvida pela	
Rede Mulher de Educação	87
Por que trabalhar com oficina?	89
Dinâmicas e técnicas para trabalho em grupo	91
Questionário: escala de gênero	103
Questionário: escala de gênero (reduzido)	110
Referências bibliográficas	112



Conceitos básicos



O conceito ampliado de paz



-  A Resolução 1325 foi adotada pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), em 31 de outubro de 2000.
-  Relembra resoluções anteriores e o discurso do presidente da ONU à imprensa, no Dia das Nações Unidas para os Direitos da Mulher e Paz Internacional (Dia Internacional da Mulher), em 8 de março de 2000.
-  Relembra, também, o comprometimento da Declaração de Beijing e a Plataforma de Ação (A/52/231), assim como o documento da 23ª Seção Especial da Assembleia da ONU, intitulada “Mulheres 2000: Igualdade de Gênero, Desenvolvimento e Paz para o Século 21”, e, em particular, aqueles concernentes a mulheres e conflitos armados.
-  Expressa “preocupação que civis, particularmente mulheres e crianças, sendo a vasta maioria dos afetados pelo conflito armado, incluindo pessoas refugiadas e deslocadas internamente, e progressivamente são alvos de combatentes e elementos armados, e reconhecendo o conseqüente impacto que isto tem sobre a paz durável e reconciliação”.
-  As mulheres têm trabalhado ativamente pela paz, realizando negociação e mediação em suas comunidades ou entre grupos rivais. Elas têm feito isso como indivíduos, como mães, como membros de grupos de mulheres.



**PAZ É SEGURANÇA
HUMANA E JUSTIÇA**



O conceito de paz com que essas mulheres vêm trabalhando não se restringe à sua aplicação no conflito armado e em suas consequências. Trata-se de um conceito de paz ampliado, que remete às ações do cotidiano. A guerra do dia a dia está retratada na discriminação de classe, gênero, raça e sexo; na violência contra a mulher; na falta de moradia; na ausência de atendimento à saúde; no desemprego; na desigualdade salarial; na impossibilidade de continuar os estudos; na exclusão dos processos sociais, econômicos, políticos, culturais e institucionais...



Foi exatamente para dar visibilidade à luta cotidiana das mulheres pela paz em todo o mundo que surgiu, na Suíça, o projeto “1000 Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz 2005”. Essas mulheres estão à frente da luta contra todas as injustiças de nossa sociedade, em defesa dos direitos humanos, protegendo crianças e pessoas idosas, eliminando a pobreza, denunciando todas as formas de violência estrutural, discriminação patriarcal, por educação, saúde e meio ambiente. São mulheres que promovem meios ativos e não violentos pela solução de conflitos, injustiças estruturais e desigualdades, pelo entendimento entre povos e raças.



Do Brasil, foram 52 as mulheres indicadas, que trabalham na cidade, no campo, nas universidades, hospitais, centros de trabalho. Brancas ou negras, destacando-se pela sua coragem, por suas experiências inovadoras e coletivas, forjando, com seu esforço diário, a paz, que, segundo a ONU, é segurança humana e justiça.



Ao assumir que o trabalho feito nas organizações dos diversos movimentos é parte desse conceito de “paz” ampliado, estará ocorrendo uma disseminação dessa concepção, visando à construção de um novo ser humano.



**O EXERCÍCIO DA PAZ
SE DÁ NO COTIDIANO**



**QUAL É O OBJETIVO DA
EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA
1000 MULHERES PELA PAZ
AO REDOR DO MUNDO?**



Quem são essas 1000 mulheres? Repare em cada rosto, em cada cor de pele, em cada brilho dos olhos. Imagine que, por trás de cada um deles, há milhares de páginas da vida, milhares de histórias de luta. São 1000 rostos, de 1000 guerreiras pela paz. Elas vêm de 150 países.



Suas lutas são tecidas no dia a dia. Elas trabalham para solucionar carências de água limpa, moradia, saúde, educação, cultura, ciência. Trabalham contra a violência doméstica, contra os campos minados, contra a mortandade sem fim e por um mundo sem racismo e sem guerras.



Essas 1000 mulheres, tão diversas em culturas, idades, profissões, têm, porém, uma certeza comum: “A paz não é só ausência de guerra. Paz é segurança humana”. Segurança humana é viver sem miséria e humilhação. Segurança humana é o direito de cada pessoa ser uma estrelinha com brilho próprio.



Essas 1000 mulheres foram candidatas ao Prêmio Nobel da Paz 2005. Entre elas, há 52 brasileiras.

**QUEM REUNIU
ESSAS MULHERES?**



Em 2003, uma associação suíça de mulheres em prol da paz no mundo, dirigida por Ruth Gaby Vermot Mangold, do Parlamento suíço, e com o apoio da Unesco, teve a ideia de reunir 1000 nomes de lutadoras pela paz no mundo, para, juntas, concorrerem ao Prêmio Nobel da Paz.



O objetivo dessa luta era dar visibilidade aos trabalhos realizados em quilombos, aldeias, vilarejos, cidades, megalópoles, rompendo preconceitos, intervindo na solução de conflitos e criando laços de solidariedade. Para encontrar essas mulheres da África, da Ásia, da Europa, das Américas, da Oceania, a tarefa foi dividida entre 20 coordenadoras regionais.



No Brasil, a coordenação desse trabalho ficou a cargo de Clara Charf - ativista e militante dos direitos das mulheres, que, a partir de 2004, organizou um comitê executivo e uma equipe de trabalho.



Foram consultadas as mais variadas entidades profissionais, movimentos sociais e redes de mulheres de quase todo o País, com o objetivo de constituir um amplo leque de representação da sociedade civil. Foram feitas mais de 300 indicações, e uma Comissão de Seleção escolheu 52 brasileiras.



Como parte do trabalho, foi publicado o livro *Brasileiras Guerreiras da Paz*, apresentando o perfil de cada uma das indicadas.



Apesar dos esforços e da relevância dos trabalhos em 150 países, o Comitê do Prêmio Nobel de 2005, em Oslo, não premiou o coletivo das 1000 Mulheres.



Sabemos, porém, o quanto é tortuoso o caminho para a paz no mundo. Sabemos também as dificuldades de caminhar entre pedras, redemoinhos e arapucas. E as mulheres não desistiram.



Uma grande força só existe com muita gente, sonhando com olhos abertos por um mundo melhor. Hoje, são mil mulheres, amanhã, serão 10 mil, depois de amanhã, 100 mil, e, no futuro, 1 milhão.



Vamos juntar as pessoas, mulheres e homens, rompendo as barreiras geográficas, dos idiomas, das raças, e tecer uma enorme rede pela paz.



AS 52 BRASILEIRAS INDICADAS AO PRÊMIO NOBEL DA PAZ 2005

Albertina Duarte Takiuti

Médica, atuante na área de saúde juvenil, em São Paulo/SP.

Alzira Rufino

Atua na Casa de Cultura da Mulher Negra, em Santos/SP.

Ana Maria Machado

Escritora, residente na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Ana Montenegro (*in memorian*)

Advogada, ativista de direitos humanos, residia em Salvador/BA.

Benedita da Silva

Atua na vida política e reside na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Concita Maia

Atua no Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (Mama) e reside em Rio Branco/AC.

Creuza Maria Oliveira

Atua na Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas, em Salvador/BA.

Eliane Potiguara

Atua com o Grupo Mulher Educação Indígena (Grumin) e reside na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Elizabeth Teixeira

Lutadora campesina pela reforma agrária, residente em João Pessoa/PB.

Elza Berquó

Pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap),
residente em São Paulo/SP.

Elzita Santa Cruz Oliveira

Atua na área de Direitos Humanos e reside em Olinda/PE.

Eva Alterman Blay

Educadora e socióloga, residente na cidade de São Paulo/SP.

Fátima Oliveira

Médica e feminista, residente na cidade de Belo Horizonte/MG.

Givânia Maria da Silva

Lutadora de comunidade rural quilombola, residente em Pernambuco.

Heleieth Saffioti (*in memorian*)

Educadora e socióloga, residia na cidade de São Paulo/SP.

Helena Greco (*in memorian*)

Ativista do Movimento Feminino pela Anistia, reside em Belo Horizonte/MG.

Heloneida Studart (*in memorian*)

Foi jornalista, escritora e deputada federal. Vivia na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Jacqueline Pitanguy

Feminista, diretora da ONG Cepia - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação, Ação,
residente na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

**Joênia Batista de Carvalho**

Advogada do Conselho Indígena de Roraima.

Jurema Batista

Feminista e militante do movimento negro, reside na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Lair Guerra de Macedo

Cientista, residente em Brasília/DF.

Leila Linhares Barsted

Advogada, feminista e diretora da ONG Cepia - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação, Ação, residente na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Lenira Maria de Carvalho

Atua no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, em Recife/PE.

Luci Teresinha Choinacki

Atua no Movimento Feminista e Camponês, é deputada federal por Santa Catarina.

Luíza Erundina de Souza

É deputada federal por São Paulo.

Mãe Hilda Jitolu (*in memorian*)

Líder espiritual e comunitária, residia em Salvador/BA.

Mãe Stella de Oxóssi

Líder espiritual e comunitária, residente em Salvador/BA.

Maninha Xukuru (*in memorian*)

Atuava com a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoiname) e vivia em Recife/PE.

Mara Régia Di Perna

Radialista e feminista, residente em Brasília/DF.

Margarida Genevois

Defensora dos direitos humanos, residente em São Paulo/SP.

Maria Amélia de Almeida Teles

Feminista, advogada e fundadora da União de Mulheres de SP, residente em São Paulo/SP.

Maria Berenice Dias

Desembargadora na área da família, residente na cidade de Porto Alegre/RS.

Maria José de Oliveira Araújo

Médica feminista, atua na área de Defesa da Saúde da Mulher e reside em Salvador/BA.

Maria José Rosado Nunes

Atua na ONG Católicas pelo Direito de Decidir, residente em São Paulo/SP.

Marina Silva

Foi ministra do Meio Ambiente, é senadora pelo Acre, residente em Brasília/DF.

Mayana Zatz

Cientista, residente na cidade de São Paulo/SP.



Moema Viezzer

Feminista, educadora popular, atua na área de Gênero e Meio Ambiente, residente na cidade de Toledo/PR.

Niède Guidon

Arqueóloga, residente na cidade de São Raimundo Nonato/PI.

Nilza Iraci

Atua no Geledés - Instituto da Mulher Negra e na Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, residente em São Paulo/SP.

Procópia dos Santos Rosa

Líder comunitária quilombola, residente na cidade de Monte Alegre/GO.

Raimunda Gomes da Silva

Atua com trabalhadoras rurais extrativistas da Amazônia e pela reforma agrária, residente na cidade de São Miguel/TO.

Rose Marie Muraro

Escritora e lutadora pelos direitos humanos, residente na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Ruth de Souza

Atriz, residente na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Schuma Schumacher

Feminista e escritora, residente no Rio de Janeiro/RJ.

Sílvia Pimentel

Feminista, professora, advogada, representante brasileira no Cedaw/ONU, residente na cidade de São Paulo/SP.

Sueli Pereira Pini

Juíza, atua nas comunidades ribeirinhas, residente em Macapá/AP.

Therezinha Zerbini

Mentora do Movimento Feminino pela Anistia, atua na Confederação de Mulheres do Brasil, residente em São Paulo/SP.

Vanete Almeida

Coordenadora da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe, residente em Serra Talhada/PE.

Zenilda Maria de Araújo

Atua na Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, residente em Ororubá/PE.

Zezé Motta

Atriz, residente na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Zilda Arns Neumann (in memoriam)

Atuava na Pastoral da Criança e da Pessoa Idosa. Residia em Curitiba/PR.

Zuleika Alambert

Escritora, atua na área de Meio Ambiente, residente na cidade do Rio.



O que é gênero?

Não se nasce mulher, torna-se mulher.

(Simone de Beauvoir)



SEXO

é biológico,



nascemos com ele,



é natural.



Exemplos:
apenas as mulheres
podem dar à luz ou amamentar;
apenas os homens produzem
espermatozoides.

GÊNERO

é uma construção social
com base nas diferenças;



não se nasce com ele;



é cultural, podendo
ser reconstruído.



Exemplos:
mulheres e homens
podem trabalhar como
engenheiras(os);
mulheres e homens
podem cuidar das crianças,
de doentes e de idosos(as).

Este esquema não implica uma visão binária sobre gênero. É importante o discernimento sobre as nuances existentes no percurso das posições antagônicas do ser feminino e do ser masculino. Conforme Fagundes (2001), “dada a natureza social do conceito de gênero e de identidade, ambos estão afinados aos estereótipos culturais, fundamentados nas diferenças genitais feminina e masculina que os transcendem. Entretanto, entre esses dois modelos ou pólos, feminino e masculino, há uma infinidade de conjugações de níveis e intensidade, que extrapolam os espaços definidos pela sociedade para serem ocupados pelas mulheres e pelos homens” (artigo *Educação e Construção da Identidade de Gênero* publicado no livro *Ensaio sobre Gênero e Educação*).



Uma explicação básica para se entender o significado de gênero é começar por diferenciá-lo do conceito de sexo. Nascer homem ou mulher é uma questão da natureza, é uma questão biológica. Por exemplo, somente os homens podem produzir espermatozoides e somente as mulheres podem dar à luz ou amamentar. Agora, gênero refere-se a relações de poder construídas culturalmente, isto é, aprendidas por meio da socialização. É por isso que podem ser revistas e alteradas. Por exemplo, mulheres e homens podem cuidar das tarefas domésticas, assim como ambos podem exercer cargos de poder. Na verdade, há apenas três coisas que só a mulher pode fazer que o homem não pode: gestar, parir e amamentar. O restante pode ser dividido com os homens.



Em toda a história humana, o que se fez foi se padronizar as características sexuais do homem e da mulher. A mulher é vista como o sexo frágil e o homem, como o sexo forte, criando essa relação de dominação e subordinação. As esferas do trabalho reprodutivo e de gestão comunitária, para as quais não é dado valor, são tidas como “coisas de mulher”. A esfera do trabalho produtivo – que é feito em troca de pagamento, quer dizer, tem valor e poder – é tida como “coisa de homem”. As mulheres que trabalham e são remuneradas acabam por arcar com a tripla jornada, já que a maioria dos homens resiste a dividir as tarefas domésticas/reprodutivas e comunitárias, de acordo com o modelo que se reproduz culturalmente através dos séculos. É o que se denomina “patriarcado”, um dos princípios estruturadores da sociedade, que coloca a mulher em posição de subordinação ao homem.



O homem continua sendo privilegiado em termos de poder e oportunidades, o que provoca a limitação da autonomia das mulheres, de seu potencial e do acesso ao poder econômico e ao político. As consequências para toda a sociedade são graves: no Brasil, a cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas; quase 30% das mulheres são chefes de família; a mulher ganha cerca de 40% menos que o homem, na mesma função e com maior nível de escolaridade; o homem negro recebe menos que o branco, e a mulher negra, menos que a mulher branca.



Assim, a discriminação que as pessoas sofrem em seu cotidiano não podem ser analisadas apenas com base na classe social a que pertencem, mas levando em conta também sexo, raça/etnia, idade, religião, orientação sexual. São esses os principais fatores que vêm determinando uma distribuição desigual e injusta de



oportunidades e poder ao longo da vida das pessoas.



A construção cultural de gênero que se dá ao longo dos séculos, caracterizada por relações desiguais entre homens e mulheres, é reforçada por símbolos, leis/normas/valores, instituições e subjetividade.



Os símbolos da mulher e do homem nas estorinhas infantis, por exemplo, são sempre de princesas e mocinhas boazinhas e fraquinhas. As bruxas são sempre feias e ruins. Os homens são sempre heróis, fortes, corajosos, violentos e nunca choram. Essas “qualidades” dos homens e mulheres são transportadas para a linguagem das imagens e da escrita. Vão estar presentes nas músicas, nas lendas, nos ditados populares, nos romances, nos livros didáticos. Ao folhear livros, por exemplo, percebe-se o quanto a linguagem escrita e imagética contribuem para a naturalização dos estereótipos: “denegrir a imagem”, “judiar das pessoas”, “salvar o planeta é tarefa do homem”; figuras da mulher desempenhando tarefas domésticas e do homem em cargos executivos...



Além das leis, há normas e valores intimamente conectados à educação, à tradição e aos costumes, que vão, ao longo do tempo, desvalorizando o feminino e superestimando o masculino. As instituições também têm um forte poder. O que acontece é o seguinte: a expressão das normas e dos valores vão estar presentes nas instituições – família, trabalho, política, igreja, escola, mídia, justiça, etc. Alguns exemplos: se uma mulher cozinha, sua profissão é denominada cozinheira; quando o homem exerce essa função, ele é *chef*. Até bem pouco tempo, a mulher não exercia o cargo de juíza. Pela primeira vez, finalmente, o Brasil tem uma presidenta da República. A maioria do professorado é formado por mulheres, mas quem assume a direção geralmente é o homem.



E o que é a subjetividade? É ela que revela nossos temores, nossos anseios, sonhos, esperanças... Tudo isso vai compor a identidade de cada pessoa, que, obviamente, estará impregnada de estereótipos sexistas. Deve-se ter em mente que a realidade é construída pelas pessoas tanto pela via da razão quanto pela via da emoção, quer dizer, com aspectos objetivos e subjetivos. Ao constatar que “é mais difícil desagregar um preconceito do que um átomo”, Einstein colocava em xeque as forças subjetivas com as objetivas. A constituição do imaginário das pessoas se reflete numa realidade que vem impondo relações desiguais de poder e oportunidades na sociedade. E, nesse emaranhado dinâmico das estruturas do imaginário, vão se tecendo laços que



podem ser fortalecidos — no sentido de perpetuar as desigualdades — ou afrouxados, visando a desfazer os moldes dos papéis estabelecidos pela dinâmica social. É por isso que mulheres e homens podem se unir para a harmonização das relações sociais de gênero. Todo mundo sai ganhando!



O que é violência doméstica?

por Vera Vieira



A ONG internacional Vital Voices, responsável pela criação de uma Aliança Global pelo Fim da Violência contra Mulheres, visando a soluções múltiplas e interligadas, define a violência doméstica como um padrão de comportamento abusivo, utilizado para estabelecer poder e controle sobre outra pessoa com quem se tem ou se teve um relacionamento íntimo. Tal comportamento inclui violência física, violência sexual e violência emocional / psicológica. Os agressores são, em sua maioria homens, e as mulheres são as vítimas. A violência doméstica afeta mulheres urbanas e rurais, independente de idade, religião, raça/ etnia, nível social, econômico e educacional.



Em média, uma em cada três mulheres é agredida ou forçada a ter relações sexuais no transcorrer da vida. Mulheres adolescentes estão mais susceptíveis a sofrer estupro ou violência doméstica do que ter um acidente de moto, câncer ou malária. Pesquisas mundiais também demonstraram que 40% a 70% das mulheres vítimas de homicídios foram assassinadas por seus maridos (ou ex), ou parceiros.



A violência doméstica também causa uma grande perda econômica ao país (nos Estados Unidos, a perda de produtividade totaliza US\$ 1.8 bilhão, enquanto que os gastos com saúde chegam a US\$ 4.1 bilhão).



A raiz do problema da violência contra a mulher está na construção cultural de gênero, que coloca o homem em posição de superioridade à mulher. Nenhum setor da sociedade consegue sucesso lutando sozinho contra tal tragédia. É necessária a união das ONGs, setor empresarial e governo.



De acordo com pesquisa da Fundação Perseu Abramo, de 2001 (a mais completa sobre o tema), intitulada “Violência contra a Mulher”, a cada 15 segundos, no Brasil, uma mulher é espancada. E 70% das agressões ocorrem dentro de casa, praticadas pelo marido, companheiro ou parente. No estado de Pernambuco, somente em 2006, foram assassinadas quase 300 mulheres.



Segundo dados do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, divulgados no portal www.agenciapatricia.galvao.org.br, um em cada cinco dias de falta ao trabalho no mundo é causado pela violência sofrida pelas mulheres



dentro de suas casas. A cada cinco anos, a mulher perde um ano de vida saudável se ela sofre violência doméstica. O custo total da violência doméstica oscila entre 1,6% e 2% do PIB de um país. De acordo com o Mapa da Violência no Brasil/2010, no período de 1997 a 2007, 41.532 mulheres foram assassinadas no país, ou seja, um índice de 4,2 vítimas por grupo de 100 mil habitantes.



A gravidade da problemática também se traduz na campanha “Une-te pelo fim da violência contra as mulheres”, lançada pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, por ocasião das celebrações do Dia Internacional da Mulher (8 de março), em 2010. Em seu mandato, ele considera um dos maiores desafios o enfrentamento da violência contra a mulher, reconhecendo a necessidade de unir esforços de mulheres e homens, de diferentes gerações, quer no árduo trabalho de desconstrução dos estereótipos de gênero, quer no campo da implantação e da implementação de legislação.



O Brasil possui uma das legislações mais avançadas do mundo, o que foi reconhecido recentemente por Rebecca Reichmann Tavares, representante atual da região Brasil e Cone Sul do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), que é parte da ONU Mulheres. Em artigo intitulado *Basta à violência contra as mulheres*, publicado na página 3 do jornal Folha de S. Paulo, de 16/7/10, Rebecca salienta que “apesar das medidas judiciais estabelecidas pela Lei Maria da Penha, sua real aplicação é comprometida por um sistema que não assegura proteção”. Com o foco no caso do assassinato de Eliza Samudio, o artigo foi estratégico para a reflexão sobre os problemas que ocorrem na implementação de uma legislação.



Sancionada no Brasil em 7/8/2006, pelo presidente Lula, a Lei é uma vitória importante na trajetória de luta por uma vida sem violência. O cerne da mudança jurídica se encontra no fato de que os agressores passaram a ser presos em flagrante ou, em caso de risco físico ou psicológico às vítimas, têm a prisão preventiva decretada.



Vale a pena relatar o simbolismo do nome dado à Lei. Era o ano de 1983. Na paradisíaca cidade de Fortaleza, no Nordeste brasileiro, dentro de casa, entre as quatro paredes do quarto, enquanto dormia, a biofarmacêutica Maria da Penha Maia levou um tiro nas costas do então marido, o professor universitário Marco Antonio Herredia Viveiros. Permaneceu quatro meses no hospital, de onde saiu paraplégica. Ao voltar para casa, enquanto esperava o processo judicial para manter a guarda das filhas, ela ficou 15 dias presa, submetida a choques no chuveiro. Mesmo condenado pelos tribunais locais em dois julgamentos, 1991 e 1996, até então, ele nunca havia sido preso.



De acordo com relato da advogada Valéria Pandjarian, do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem), “em 1998, o Centro para a Justiça e o Direito Internacional (Cejil) e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem), juntamente com Maria da Penha, enviaram o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), que, em 2001, responsabilizou o Estado brasileiro por negligência e omissão em relação à violência doméstica. Recomendou várias medidas em relação ao caso concreto de Maria da Penha e em relação às políticas públicas do Estado, para enfrentar a violência doméstica contra as mulheres. Em 2003 [20 anos após o crime!], o ex-marido de Maria da Penha foi preso. Ele ficou somente dois anos na cadeia; depois, passou a cumprir a pena em regime aberto”.



E foi em homenagem a essa guerreira, nascida em 1945, que não esmorece nunca na luta por justiça para todas as mulheres vítimas de violência, que a nova Lei brasileira recebeu seu nome. A Lei Maria da Penha (ver íntegra no Anexo 1), que entrou em vigor em 22/9/2006, altera o Código Penal e possibilita que os agressores sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada quando ameaçarem a integridade física ou psicológica da mulher. Não haverá mais a aplicação de penas como multa ou doação de cestas básicas. A violência doméstica é tipificada como uma das formas de violação dos direitos humanos. Os crimes passam a ser julgados em varas criminais até a instituição dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no âmbito dos estados. Com isso, as ações penais, pela violência, e civil, pela separação e filhos, entre outros, serão encaminhadas de uma só vez. Há também outras medidas de proteção para a



mulher que sofre risco de morte, como o afastamento do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação física da mulher agredida e dos filhos. A nova Lei determina também que um advogado acompanhe a mulher em todas as fases do processo, proíbe que ela seja encarregada de entregar a intimação ao agressor e diz que a mulher só pode desistir da denúncia perante o juiz.



Para a ex-ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, essa é uma lei necessária. Em artigo intitulado *Onde tem violência todo mundo perde*, publicado na página 3 do jornal Folha de S. Paulo, de 6/8/2006, ela destaca que, “rupturas culturais são desoladoramente lentas, requerem mudanças de atitude nos lares e sociedades, nos marcos legais e institucionais. Somando-se às questões de natureza cultural — e também como sua consequência —, a inexistência de uma legislação específica vinha garantindo a impunidade dos agressores. Situações que começaram como uma ameaça evoluíram muitas vezes para assassinatos, sem que qualquer intervenção pudesse ser ou fosse feita para evitá-lo”.



São cinco os tipos de violência doméstica estipulados pela Lei Maria da Penha:



Violência física: qualquer ato contra a integridade ou saúde corporal da vítima.



Violência psicológica: qualquer ação que cause prejuízo psicológico, como humilhação, chantagem, insulto, isolamento, ridicularização, dano emocional e controle do comportamento da mulher.



Violência sexual: aquela que força a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual; impedir o uso de método contraceptivo ou forçá-la à gravidez, ao aborto ou à prostituição mediante força ou ameaça.



Violência patrimonial: situações em que o agressor destrói bens, documentos pessoais e instrumentos de trabalho.



Violência moral: caluniar, difamar ou cometer injúria contra a mulher.



**Para ler, refletir
e praticar**



Texto 1

Gênero e Masculinidades

por Silvani Arruda
Instituto Promundo

Durante muito tempo, utilizou-se o conceito e a perspectiva de gênero pensando-se exclusivamente nas mulheres. E não poderia ser diferente, uma vez que historicamente as mulheres sofreram (e sofrem até hoje) uma série de preconceitos, discriminações e situações de violência pelo fato de serem mulheres. Seja no espaço privado ou no espaço público, a desigualdade está presente na vida de muitas mulheres e, obviamente, traz consequências nefastas para a sua vida.

Foi principalmente a partir da década de 1990 que vários estudos e pesquisas mostraram que as expectativas que uma determinada sociedade tinha sobre o homem, da mesma forma que para as mulheres, faziam com que eles também ficassem mais vulneráveis a alguns agravos de saúde e à morte devido a acidentes ou situações de violência. No que diz respeito à saúde sexual e à saúde reprodutiva do homem, por exemplo, foi somente em 1994 (Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo) e 1995 (Conferência Mundial sobre as Mulheres realizada em Beijing) que, pela primeira vez na História, se falou sobre a responsabilidade masculina na contracepção e na prevenção do HIV e Aids.

A partir daí, muitas organizações, tanto governamentais como não governamentais,

passaram a desenvolver programas e projetos que tinham como ponto de partida o questionamento das normas rígidas de gênero como fatores de vulnerabilidade — individual, programática e social — também para os homens. Por exemplo, o fato de se esperar de um homem que ele seja forte e competitivo faz com que, comumente, ele se arrisque mais do que uma mulher. As estatísticas, por sua vez, nos mostram que as maiores causas de morte masculina se devem a situações de violência e ao envolvimento em acidentes. E, realmente, essas situações não ocorrem por questões biológicas. Na verdade, elas ocorrem devido a um aprendizado constante de que “agir como homem” é usar de força e assumir riscos.

Esse aprendizado também traz consequências sérias para a saúde do homem. Para muitos, ficar doente é visto como um sinal de fraqueza. Isso faz com que vários homens só procurem os serviços de saúde quando a doença já está em um estágio avançado. Do mesmo modo, algumas crenças também dificultam que, por exemplo, alguns homens se protejam das doenças sexualmente transmissíveis e da infecção pelo HIV, o vírus da Aids; acreditar que o homem não pode “negar fogo” e que ele está sempre disponível para ter relações sexuais; que a aids só se transmite nas relações homossexuais



ou com profissionais do sexo (1).

Cabe, assim, aos/às profissionais que trabalham nas áreas da Educação e da Saúde desconstruírem esses equívocos e, tal como especificado na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem do Ministério da Saúde, “promover ações de saúde que contribuam significativamente para a compreensão da realidade singular masculina nos seus diversos contextos socioculturais e político-econômicos” (2). Só que trabalhar com a perspectiva de gênero focando no homem vai bem além das questões de saúde. Envolve, também, questões relativas à violência e ao poder.

A violência dos homens

Do mesmo modo que as normas rígidas de gênero trazem consequências para a saúde do homem, interferem no relacionamento que eles têm tanto com outros homens quanto com as mulheres. Alguns estudos e pesquisas sugerem que existem diferenças biológicas entre meninos e meninas em termos de temperamento. Os meninos teriam menos controle de seus impulsos e de sua irritabilidade, traços que poderiam ser precursores de agressividade. Por outro lado, outros estudos contestam essas afirmações, com ênfase na expectativa social que se tem sobre o comportamento masculino — correr riscos e ser agressivo — que determinam a forma como alguns homens se relacionam com as pessoas e resolvam determinados conflitos.

Assim, o processo que resulta na violência dos homens contra outros homens tem início ainda na infância e faz parte da socialização masculina. Alguns aspectos da educação dos

meninos — na família, na escola, nos grupos de amigos, nos meios de comunicação — são os grandes responsáveis pela ideia de que ser homem é ser agressivo e violento. Um bom exemplo dessa construção é observar os brinquedos que os meninos costumam ganhar em datas comemorativas. Bolas, armas, carrinhos, bonecos de super-heróis são os mais direcionados para os meninos nas prateleiras das lojas. E nem é preciso ir muito longe para perceber que esses brinquedos reforçam a ideia de que ser homem é ter o “poder” tanto sobre as mulheres quanto sobre outros homens. Daí, então, que não dá para se planejar projetos e programas de prevenção à violência sem falar em igualdade e equidade de gênero.

Na prática

Trabalhar a promoção da igualdade e da equidade de gênero significa questionar assimetrias de poder presentes em todas as relações de nossa sociedade, que impedem, por exemplo, que as pessoas tenham acesso a determinados serviços e espaços ou que sofram qualquer tipo de violência pelo fato de serem de um determinado gênero, raça/etnia, classe social ou por terem uma orientação sexual diferente da heterossexual.

Oficinas, rodas de conversa, análise de textos e de imagens são algumas formas encontradas para se identificar as desigualdades e as violências presentes no cotidiano. Já as campanhas, as estratégias de incidência política e de mobilização social são importantes para pressionar por políticas mais igualitárias, que incluam ações afirmativas para populações que,



historicamente, foram oprimidas e que tiveram seus direitos violados.

E, se realmente nossa intenção é buscar a igualdade entre homens e mulheres, é preciso investir na desconstrução das normas rígidas de gênero referentes aos dois sexos; favorecer a construção de um modelo de poder compartilhado entre homens e mulheres, inclusive do que diz respeito à concepção e à contracepção, e que, uma vez que grande parte dos homens não age de forma violenta contra as mulheres, que eles se posicionem publicamente contra qualquer tipo de violência. Assim, estarão também “metendo a colher, em briga de marido e mulher” por um mundo com PAZ.

Referências bibliográficas

(1) KEIJZER, B. *Hasta donde el cuerpo aguante: género, cuerpo y salud masculina*. In: CÁCERES.C.F.; CUETO, M; RAMOS, M; VALLAS, S., eds. *La salud como derecho ciudadano: perspectivas y propuestas desde América Latina*. Lima: Universidad Peruana Cayetano Heredia; 2003.

(2) MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

AO LER ESSE TEXTO,
QUAIS SITUAÇÕES PRESENTES
EM SUA REALIDADE VIERAM À
MENTE? ESCREVA SOBRE ISSO E
OUTRAS REFLEXÕES.



Texto 2

A Educação Popular Feminista e a PAZ

por Beatriz Cannabrava
Rede Mulher de Educação

Não há dúvida, somos diferentes: homens e mulheres não nascem iguais. Somos macho e fêmea da espécie humana, que se completam e se complementam. Ou, pelo menos, assim deveria ser.

No entanto, vemos que, ao longo do tempo, foram sendo construídos papéis diferenciados para homens e mulheres. Cores, gestos, comportamentos, atitudes, modelos do masculino e do feminino que nada têm a ver com as diferenças biológicas.

Além disso, esses papéis foram construídos sob o mito da superioridade masculina, criando assim uma estrutura que domina, reprime e subordina a mulher. Todas as características consideradas femininas são tidas como fraquezas, defeitos, insuficiências; todas as que são consideradas masculinas, qualidades e fortalezas. E também se considera como virtudes femininas tudo aquilo que subordina e discrimina.

A educação, que começa no seio da família e continua ao longo da vida na escola, nos diferentes ambientes sociais e por meio dos meios de comunicação, continua reforçando esses papéis e padrões culturais, criando estereótipos: para o homem, a autoridade, o poder de decisão, a produção de bens, o mundo

exterior; para a mulher, a obrigação de obedecer, a reprodução da vida em todos os seus aspectos, o mundo interior, as quatro paredes.

Essa injusta e desigual relação entre homens e mulheres — as denominadas relações sociais de gênero — gera uma grande violência estrutural cotidiana, muitas vezes invisível, considerada “natural”, mas que chega aos maus-tratos, à agressão, à violação e até à morte “em legítima defesa da honra” como justificam ainda algumas interpretações de leis e códigos.

Embora nas últimas décadas o movimento de mulheres tenha conquistado uma série de leis e convenções internacionais que protegem os direitos humanos das mulheres, sua aplicação é ainda muito limitada, e em muitos países nem saíram do papel.

Em mais de 30 anos trabalhando em projetos de educação popular feminista, pudemos comprovar que muitas mulheres ainda consideram próprias de sua condição de mulher a subordinação, a opressão e o fato de ser “cidadã de segunda classe”.

É longo e difícil o trajeto para chegar a compreender o caráter social do desequilíbrio nas relações de gênero, avançando na medida em que as mulheres começam a participar e a se organizar. Ao sair do seu ambiente doméstico,



as mulheres passam a “descobrir” a violência que se esconde atrás dessa divisão de mundo entre homens que dominam e mulheres que são dominadas.

Algumas reflexões de participantes de cursos e oficinas com grupos de mulheres são testemunhos desse despertar:

➡ “É uma violência que a mulher seja discriminada por seu sexo e que o trabalho doméstico não seja valorizado, considerado como ‘não trabalho’.”

➡ “É uma violência que a mulher tenha menos acesso à educação e às oportunidades de trabalho.”

➡ “É uma violência que a mulher ganhe menos pelo mesmo trabalho, que esteja exposta ao assédio sexual do patrão, que seja despedida quando se casa ou fica grávida.”

➡ “É uma violência que a mulher não possa decidir sobre seu corpo, que tenha sua sexualidade controlada e seja vista como objeto sexual.”

➡ “É uma violência a dupla jornada de trabalho e ter que assumir sozinha a responsabilidade de criar e educar os filhos.”

➡ “É uma violência que a mulher não tenha acesso à terra para cultivá-la.”

➡ “É uma violência que apanhe do companheiro e que não possa contar com apoio porque *‘em briga de marido e mulher não se mete a colher’*.”

➡ “É uma violência não poder ser ela mesma, ser considerada sempre a *“filha de...”* *“a mulher de...”*, *“a viúva de...”*, *“a mãe de...”*”

É com base nessas reflexões que um processo de educação popular feminista busca trabalhar a consciência de que é preciso mudar. Que essa violência estrutural não é “natural”, que as mulheres *não têm que aceitar seu destino porque são mulheres*. Na medida em que se vai conhecendo como e por que foram sendo estruturadas essas relações de gênero, pode-se começar a pensar em desestruturá-las. Se for algo construído, pode-se desconstruir. Mas só a consciência não é suficiente. Temos que aprofundar a questão, organizar-nos, participar e multiplicar nosso conhecimento.

O movimento de mulheres tem se fortalecido muito nas últimas décadas, chegando a ser considerado por alguns pensadores como o movimento mais importante do século XX. Embora tenha se desenvolvido com características diferentes em distintos países, tem uma mesma proposta: lutar por uma sociedade mais justa, mais humana, onde valham os direitos de homens e mulheres, onde se respeitem as diferenças.

A chamada educação popular feminista, que nasceu e vem se desenvolvendo no marco desse movimento, particularmente na América Latina, tem desempenhado um importante papel nesse contexto. Partindo do cotidiano das mulheres, revalorizando seu espaço, seu papel reprodutivo, sua sexualidade, seu direito ao prazer, tem contribuído para que as mulheres conquistem importantes espaços no mundo do trabalho remunerado, nos sindicatos, nas associações, na política, nas instituições do Estado.



É parte de sua proposta pedagógica contribuir para que as mulheres se reconheçam como seres humanos plenos, como cidadãs, e isso é fundamental na luta pela paz, pois não *pode haver paz enquanto metade da humanidade for submetida a uma violência cotidiana, permitida e referendada por leis e costumes e muitas vezes consentida.*

A paz não é só a ausência de conflito armado. É a convivência harmoniosa e sem preconceitos entre os seres humanos, entre homens e mulheres, entre pessoas diferentes, mas que se respeitam.

O grande desafio da luta pela paz não é apenas denunciar a guerra, a fome, a exploração, a corrupção, a destruição do meio ambiente, mas ir além. Nesse sentido, mulheres e homens têm no feminismo uma proposta de sociedade que parte das mulheres com uma perspectiva de gênero e se articula com outros projetos, que têm como eixo outras relações sociais – de classe e de etnia, por exemplo – e tomam em conta as diferenças de geração, culturais, de orientação sexual e educacionais.

Se chegarmos a conseguir um mundo mais justo, em que se respeitem da mesma maneira os direitos humanos de homens e mulheres, sem importar a cor da pele, a etnia, a classe social, a idade, a crença religiosa, a orientação sexual, então, sim, teremos PAZ.

AO LER ESSE TEXTO,
DO QUE VOCÊ SE LEMBROU COMO
APRENDIZADO PRECONCEITUOSO
QUE TEVE EM CASA,
NA ESCOLA E NA MÍDIA?

[illegible]



Texto 3

A nova mulher e o novo homem: em busca da sensibilidade conjunta

por Vera Vieira
Associação Mulheres pela Paz

“É mais difícil desagregar um preconceito do que um átomo.” (Albert Einstein)

Enquanto ligo o computador para escrever este artigo, um trecho da música composta por Belchior invade, sorrateiramente, minha mente: “Minha dor é perceber / que apesar de termos feito tudo o que fizemos / ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais.” Mesmo reconhecendo que nossa luta é um trabalho de formiguinha, a mensagem é injusta principalmente para a trajetória prático-teórico desta articulista. Afinal, basta recordar apenas um exemplo pessoal para estabelecer-se a contradição: casei e descasei duas vezes, e por acreditar que *meninas boazinhas vão para o céu, as más vão à luta*¹, ainda estou *em busca de um homem sensível*², que não sofra da *síndrome de Peter Pan*³, para não entrar em choque com alguém que se libertou do *complexo de Cinderela*⁴. Além do mais, nos dias atuais, esse histórico pessoal está mais para regra do que para exceção. Soma-se o fato de possuir um filho que expressa seus sentimentos através das lágrimas, sem que isso coloque em risco sua masculinidade, e uma filha que busca uma carreira não incluída naquelas voltadas para o “cuidado”, sem que isso afete sua feminilidade.

Engana-se quem pensa que é fácil iniciar uma reflexão sobre um assunto bem complexo, mesmo para quem há anos vem se dedicando ao aprofundamento da temática das relações sociais de gênero — aquelas que se dão entre mulheres e homens, que vêm sendo construídas, culturalmente, ao longo de toda a história humana, com a predominância das desigualdades de poder e oportunidades entre os sexos, com a mulher sempre levando a pior. As consequências para a sociedade são dramáticas, além de tratar-se de uma discriminação que impede o avanço dos processos democráticos. Uma sociedade democrática é aquela que se calca em valores éticos, de justiça social e de equidade — este último, com o significado da igualdade com respeito às diferenças. Assim, o sentido da luta por um mundo mais democrático se faz com o foco numa realidade candente, que apresenta desigualdades de classe, de gênero, de raça/etnia, geracional, orientação sexual... São esses os principais fatores — sentidos na pele e na alma, facilmente comprovados por estatísticas de órgãos confiáveis — que vêm determinando uma distribuição desigual e injusta de oportunidades



ao longo da vida das pessoas. Especificamente com relação à questão de gênero, foco principal deste artigo, é importante lembrar uma frase de Fourier: “O melhor modo de avaliar o grau de civilização de um povo é analisando a situação da mulher.” Grande parcela da sociedade tem dificuldade em reconhecer que a discriminação de gênero é fator estrutural e estruturante das desigualdades sociais. Da mesma forma, muita gente afirma que o racismo não existe em nosso País, camuflando uma falsa democracia racial, o que só faz retardar a prevenção e o combate a preconceitos milenares.

Um mundo melhor para mulheres e homens

Assim, fica bem claro que a busca pela equidade — igualdade, com respeito às diferenças — entre homens e mulheres não é um papo de feministas sectárias, como se costuma captar do senso comum. Além do mais, no frigir dos ovos, o que se busca é a harmonia das relações entre homens e mulheres, portanto, a conquista de uma melhor qualidade de vida e um mundo mais justo para todas as pessoas. Bastam apenas alguns dados para a comprovação das consequências dramáticas para toda a sociedade: alto índice de violência sofrida pela mulher — com um número assustador de mortes —, independente de raça, cor, classe social ou escolaridade; média salarial baixa, mesmo com maior formação escolar; pouca ocupação de cargos de liderança e número elevado de mulheres chefes de família, entre outros. Vale ressaltar que a situação da mulher negra é ainda muito pior, por sofrer dupla discriminação.

Já no início do século XX, a escritora

Simone de Beauvoir afirmou: “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher.” Seus estudos são considerados precursores no sentido de mostrar que gênero é uma construção social, cultural. A gente não nasce com ele, quer dizer, aprende-se através da socialização e, por isso mesmo, pode ser revisado e mudado.

No emaranhado dinâmico das estruturas do imaginário vão se tecendo laços que podem ser fortalecidos — no sentido de perpetuar as desigualdades de gênero — ou afrouxados, visando a desfazer os moldes dos papéis estabelecidos pela dinâmica social. É pelo trabalho educativo, que transforma seres humanos em agentes políticos, que se consegue alterar os condicionamentos provocados por mitos (sistemas formados por esquemas, arquétipos e símbolos, compondo-se em narrativa) e imagens — as mulheres são fracas, delicadas, sensíveis, choronas; os homens são fortes, corajosos, heróis, violentos e nunca choram. Essas “verdades” estão presentes na construção cultural de gênero, que é tecida por meio das diversas redes de relações na vida de uma pessoa: família, igreja, escola, associações populares, partidos políticos, meios de comunicação de massa... Essa realidade, que vem sendo construída pelos seres humanos ao longo dos tempos, traduz-se em ações que são impulsionadas pela eficácia do imaginário. Ao contrário da cultura, que pode ser detectada com clareza nas formas de organização de uma sociedade, “o imaginário permanece uma dimensão ambiental, uma matiz, uma atmosfera, aquilo que Walter Benjamin chama de *aura*, [...] que ultrapassa e alimenta a cultura; [...] é uma força social de ordem espiritual, uma



construção mental”⁵.

Há que se relevar a trajetória do movimento feminista, que tomou grande impulso nos últimos 40 anos, radicalizando a luta pela igualdade de gênero, estratégia de sucesso – e possivelmente a única – para pautar a importância da temática no mundo, até hoje estigmatizada pela queima de sutiã em praça pública. Essas últimas décadas levaram a conquistas importantes, numa combinação crescente e fundamental entre o trabalho com os grupos populares, nas esferas de poder – para interferir na criação ou implementação de leis e políticas públicas –, bem como participando efetivamente das Conferências Internacionais da ONU e no posterior monitoramento dos compromissos nelas assumidos pelos governos. Foram essas feministas as precursoras do processo de ruptura histórica dos elementos constitutivos da identidade feminina e da maneira de homens e mulheres se relacionarem. As práticas e as produções analíticas diversificadas representam uma quebra paradigmática, que é reconhecida pela comunidade científica.

No final da década de 1990, o movimento feminista concluiu que a mulher não está avançando na ocupação de cargos de poder, passando a refletir sobre a busca da liderança transformadora, levantando a necessidade de condições materiais e de formação para lidar com os conflitos – privados e públicos – no exercício da liderança. Ao conquistar o “direito” de ocupar o espaço público, as mulheres passaram a acumular a tripla jornada – trabalho produtivo, trabalho reprodutivo (que não se limita às

responsabilidades de gerar e criar filhos, incluindo tarefas domésticas que são desempenhadas com a finalidade de manter e reproduzir a força de trabalho) e da gestão comunitária (luta por habitação, água, serviços de saúde e educação, etc.).

Apesar de alguns homens – pensadores renomados, como Bordieu e Giddens – terem se dedicado, em anos recentes, a reflexões importantes sobre o impasse estabelecido nas relações de gênero, falta intensificar a inclusão masculina no processo cotidiano de luta, o que não significa abrir mão de ações afirmativas. Se as mulheres, predominantemente, entre si continuam a avançar, na reflexão e na ação, isso não tem acontecido com os homens no mesmo ritmo, o que impede o objetivo final, que, em última análise, é a conquista de uma sociedade onde ambos convivam em harmonia, tanto no âmbito privado como no público. Tomara que a tão propagada “crise de masculinidade” se transforme em uma oportunidade para a aproximação do diálogo entre ambos os sexos.

A equidade das relações sociais entre mulheres e homens é crucial na promoção da cidadania e deve estar presente nas ações cotidianas de todas as pessoas. Não se trata de uma luta para ver quem vai ficar com o pedaço maior da torta, mas da mudança de sua receita, cujo ingrediente imprescindível é a sensibilidade. É uma tarefa difícil, para a nova mulher e o novo homem, que exige a união de todas as forças. Esse é o desafio atual para que o histórico impulsionamento das quatro últimas décadas não caia na estagnação.

5 MAFFESOLI, M. *O imaginário é uma realidade*. Revista Famecos, n.15, p.75-76, Porto Alegre, 2001.

**COM BASE NESTE TEXTO,
PENSE:
EM PAPÉIS OU REAÇÕES QUE VOCÊ
JULGAVA OU JULGA SER SÓ DE MULHER
E SÓ DE HOMEM. EXPLIQUE AS RAZÕES
DESSE ENTENDIMENTO.**

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are approximately 20 lines visible. The paper has a slight shadow on the right side, suggesting it's resting on a surface.



**AGORA, FAÇA UM EXERCÍCIO
DE REFLETIR E ESCREVER SOBRE
OS PAPÉIS OU REAÇÕES QUE VOCÊ
PODE CONSIDERAR TÍPICOS
DE AMBOS OS SEXOS.**

Handwriting practice lines for the exercise. The page contains two columns of horizontal lines. The left column has 18 lines, and the right column has 18 lines, providing a total of 36 lines for writing.

Mulheres e Homens contra a Violência Doméstica e pela Paz



Texto 4

Diversidade Sexual: conhecer para respeitar as diferenças

por Kleber Pinto Garcia Cavalcante
GHATA - Grupo das Homossexuais Thildes do Amapá

“Havemos de colorir o mundo
E se não for com nossos olhos
Há de ser com nossas roupas
E, para que não seja com nosso sangue
Há de ser com nossa alegria.”
(Elizabeth Bessa)

Aprendemos, desde pequenos, que para ser homem é necessário ser agressivo, racional, ter segurança, ser independente e ficar com o maior número possível de meninas, e isso, sim, são sinais de masculinidade. Também aprendemos que a mulher deve ser delicada, sensível, vaidosa, recatada, frágil e ser passiva, e isso são sinais de feminilidade.

Esses são estereótipos de masculino e feminino, e são conceitos construídos socialmente. Gostar de futebol ou cuidar da casa, por exemplo, não é algo exclusivo de homens ou mulheres, muito menos de heterossexuais.

O presente texto pretende promover uma conscientização crescente sobre as diversidades sexuais, visando a facilitar a construção do conhecimento esclarecedor a respeito dos diversos tipos de homossexualidades, podendo, assim, ser instrumento útil de combate ao preconceito. Mas sabemos que promover

mudança de cultura não é tarefa fácil, visto que a construção de papéis sociosexuais do masculino e feminino, a serem desempenhados por homens e mulheres, são valores culturais construídos historicamente e estão fortemente estruturados em nossa sociedade.

Mesmo atualmente a sexualidade humana ainda representa um tema bastante confuso, e se isso ocorre com a sexualidade de uma forma geral, imagine então quando se fala em homossexualidades, ou melhor, em diversidade sexual. Pois, ao se falar em diversidade sexual, ocorrem diversos equívocos.

Outra questão que deve ser esclarecida é o termo **“opção sexual”**. Essa expressão **reforça preconceitos**, ou seja, quem opta é responsável pelo que escolheu, mas não é o que ocorre com pessoas homossexuais. Pessoas se descobrem como homossexuais e, conseqüentemente, não optariam por ser



discriminadas.

**Aceitar, sim, que é opção,
respeitar é um dever!**

Segundo o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT - Brasil sem Homofobia, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (Brasília, 2006), as dúvidas sobre sexualidade, de um modo geral, são bastante frequentes.

**Então, vamos começar a
desvendar esse “mistério”?**

**Dúvidas mais frequentes, conforme o
Programa Brasil Sem Homofobia**

Qual a diferença entre sexo e sexualidade?

Atualmente, a palavra “sexo” é usada em dois sentidos diferentes: um, refere-se ao gênero e define como a pessoa é, ao ser considerada como sendo do sexo masculino ou feminino; e o outro se refere à parte física da relação sexual. Sexualidade transcende os limites do ato sexual e inclui sentimentos, fantasias, desejos, sensações e interpretações.

O que é identidade sexual?

É o conjunto de características sexuais que diferenciam cada pessoa das demais e que se expressam pelas preferências sexuais, sentimentos ou atitudes em relação ao sexo. A identidade sexual é o sentimento de masculinidade ou de feminilidade que acompanha a pessoa ao longo da vida. Nem sempre está de acordo com o sexo biológico ou com a genitália da pessoa.

O que é orientação sexual?

Orientação sexual é a atração afetiva e/ou sexual que uma pessoa sente pela outra. A

orientação sexual existe num *continuum*, que varia desde a homossexualidade exclusiva até a heterossexualidade exclusiva, passando pelas diversas formas de bissexualidade. Embora tenhamos a possibilidade de escolher se vamos demonstrar, ou não, os nossos sentimentos, os psicólogos não consideram que a orientação sexual seja uma opção consciente que possa ser modificada por um ato da vontade.

O que é homossexualidade?

A homossexualidade é a atração afetiva e sexual por uma pessoa do mesmo sexo. Da mesma forma que a heterossexualidade (atração por uma pessoa do sexo oposto) não tem explicação, a homossexualidade também não tem. Depende da orientação sexual de cada pessoa. Por esse motivo, a Classificação Internacional de Doenças (CID) não inclui a homossexualidade como doença desde 1993.

O Programa Brasil Sem Homofobia também apresenta a Classificação de Homossexualidade, segundo padrão de conduta e/ou identidade sexual. Classifica como:

Homossexuais: São aqueles indivíduos que têm orientação sexual e afetiva por pessoa do mesmo sexo.

Gays: São indivíduos que, além de se relacionarem afetiva e sexualmente com pessoa do mesmo sexo, têm um estilo de vida de acordo com essa sua preferência, vivendo abertamente sua sexualidade.

Bissexuais: São indivíduos que se relacionam sexual e/ou afetivamente com qualquer dos sexos.

Lésbicas: Terminologia utilizada para designar



a homossexualidade feminina.

Transgêneros: Terminologia utilizada para englobar tanto os/as travestis quanto os/as transexuais. É um homem no sentido fisiológico, mas se relaciona como o mundo como mulher.

Transexuais: São pessoas que não aceitam o sexo que ostentam anatomicamente. Sendo o fator psicológico predominante na transexualidade, o indivíduo identifica-se com o sexo oposto, embora dotado de genitália externa e interna de um único sexo.

As estatísticas mostram que as/os **transgêneros** (travestis e transexuais) sofrem mais **violência física** nos mais variados locais públicos, enquanto que com as **lésbicas** (mulheres homossexuais) predomina a **violência doméstica**.

Então, vamos saber um pouco mais sobre essas duas identidades sexuais que mais sofrem preconceitos sociais.

O que é um/a travesti?

Pessoa que se **comporta socialmente** e se **veste** como se pertencesse ao sexo oposto. A pessoa se **sente** e se **expressa publicamente** de forma feminina ou masculina.

Geralmente **travestis do sexo masculino** modificam seus corpos por meio de hormônios, cirurgias plásticas, silicone, entre outros, a fim de obterem a aparência feminina, e também adotam nomes femininos. Mas isso não significa que travestis do sexo masculino são obrigadas a ter formas femininas, pois seu gênero está em sua convicção, e não em suas formas corporais.

Exemplos:

Safira foi registrada na Certidão de Nascimento com o nome de Paulo. Por volta dos

15 anos, começou a se assumir como pessoa homossexual. Com o tempo, adotou nome feminino e, aos poucos, modificou o modo de se vestir, e sua aparência foi ficando cada vez mais feminina.

Já **travestis do sexo feminino** são mulheres homossexuais (lésbicas) que, por meio de artifícios variados, conseguem obter a aparência do sexo masculino. Normalmente, fazem isso por meio do uso de roupas, sapatos e penteados, mas isso não significa que toda mulher lésbica deva ser masculinizada ou que sempre irá apresentar características de travestilidade (ser um travesti). E, ao contrário da travesti do sexo masculino, quase nunca adotam nomes do sexo masculino.

Exemplo 2:

Carol, desde a adolescência, sempre se sentiu atraída por mulheres. Usa cabelos curtos com corte estilo moicano, igual ao do jogador Neymar, do Santos. Usa sempre *jeans* e tem uma coleção de tênis masculinos, e assim se sente muito feliz.

Na fase de mudanças/ transformações, a maioria das/os travestis abandona ou é expulsa de casa. Por onde passam, as/os travestis chamam a atenção e quase sempre são alvos de olhares curiosos, piadinhas e atitudes preconceituosas.

“Ir a um restaurante
tirar dinheiro do banco
utilizar o serviço de saúde,
completar os estudos,
pegar um cineminha.

O preconceito pode tornar as coisas mais simples em pesadelo para quem é travesti.



A vida fica menos complicada sem o preconceito. Descomplique.

Não deixe o preconceito mudar você.”

(Campanha do Ministério da Saúde)

Conforme Prado (2008), o preconceito social pode ser entendido como um dos importantes mecanismos da manutenção da hierarquização entre os grupos sociais e da legitimação da inferiorização social na história de uma sociedade, o que, muitas vezes, se consolida em violência e ódio de uns sobre os outros.

E o mesmo autor afirma que, no âmbito da sexualidade, o preconceito social produziu a invisibilidade de certas identidades sexuadas, legitimando, assim, práticas de inferiorização sociais, como a **homofobia**. O preconceito, nesse caso, possui um funcionamento que se utiliza, muitas vezes, de atribuições sociais negativas advindas da moral, da religião ou mesmo das ciências.

Assim, o autor afirma que os/as homossexuais encontraram diferentes formas de atribuição social ao longa da história. Particularmente nos últimos 200 anos, predominaram formas **pejorativas** de atribuição social às práticas não heterossexuais. A construção histórica dessas atribuições, sedimentadas em **instituições** e no **imaginário social**, fomentou a noção de doença e de perversão, bem como a naturalização e o ocultamento da homofobia.

Homofobia: É o ódio. A intolerância contra homossexuais.

No País famoso por sua tolerância sexual e dono de algumas das maiores paradas LGBT do

mundo, o preconceito contra homossexuais ainda persiste, muitas vezes assumindo a forma de homofobia explícita.

Apesar do sucesso de celebrações da diversidade sexual no País, expressões de intolerância aparecem em todo o território nacional.

Então, seja um/a simpatizante, **uma pessoa sem preconceitos**, solidária com lutas empreendidas pelo segmento LGBT.

Referências Bibliográficas:

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. *Brasil Sem Homofobia*: Progrma de combate à violência e à discriminação contra LGBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. 2004.

KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2008.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. *Preconceitos contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez. 2008. (Preconceitos). v.5.

PROGRAMA NACIONAL DE DST E AIDS. *Campanha: Travesti e Respeito*: já está na hora dos dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida. Ministério da Saúde. Brasília: Programa Nacional de DST e Aids. s/d.



**VOCÊ ACHA QUE AS
PESSOAS ESCOLHEM/OPTAM POR SER
HOMOSSEXUAIS OU SE DESCOBREM
COMO HOMOSSEXUAIS EM ALGUM MOMENTO
DA VIDA?**

VOCÊ JÁ PRESENCIOU
OU SOUBE DE FORMAS DE
DISCRIMINAÇÃO/ PRECONCEITO OU VIOLÊNCIA
HOMOFÓBICA CONTRA
PESSOAS HOMOSSEXUAIS?
RELATE.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



Texto 5

Sem sexismo, sem racismo: por uma real cultura de paz

por Nilza Iraci

Geledés — Instituto da Mulher Negra

“Vamos continuar achando e admitindo que a mulher negra e o homem negro
são bons para dançar, são bons para jogar futebol,
são bons para disputar as Olimpíadas, mas que para outras atividades:
gerente de banco tem que ser branco, dentista ou médico têm que ser branco,
advogado tem que ser branco,
chefe em repartição pública tem que ser branco...”
(Ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva,
em discurso de posse da Seppir, em março de 2003.)

O conceito de raça vem sendo frequentemente debatido na sociedade, sob a premissa de que não existem raças, mas apenas a raça humana.

Muita gente acredita que racismo é o mesmo que miséria ou preconceito e opressão de classe. Entretanto, está cada vez mais difícil explicar a situação de indignidade a que vem sendo submetida mais da metade da população brasileira, em função de sua raça.

Dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 revelam que o Brasil é um país habitado por uma população de 191 milhões de habitantes, sendo que a população negra soma 97 milhões de pessoas e, pela primeira vez, é maioria no Brasil. As mulheres negras representam 49 milhões do total das brasileiras.

Entretanto, levantamento feito pelo governo federal em 2011 revela que 16,2 milhões de brasileiros, o equivalente a 8,5% da população do país, vivem em situação de extrema pobreza, com uma renda *per capita* de até R\$ 70,00 por mês, ou pouco mais de R\$ 2,00 por dia. Desse total, 70,8% são negros e 50,9% têm, no máximo, 19 anos de idade. Esses dados mostram que a pobreza atinge preferencialmente a parcela negra da população, como decorrência, entre outros fatores, do racismo estrutural da sociedade brasileira e da omissão do poder público em promover políticas de superação dessa situação.

Esses e outros indicadores produzidos pelo Estado brasileiro colocam em xeque a (falácia da) igualdade, inclusive entre mulheres, pela qual podemos constatar significativas diferenças



em termos do ser e do viver, estabelecendo a tensão da intersecção de gênero, raça e classe social, o que Kimberle Crenshaw (2002) chama de dinâmicas de “desempoderamento”.

As mulheres negras, 49% da população negra, estão entre o segmento populacional que vivencia a situação de maior pobreza e indigência do País. Possuem menor escolaridade, com uma taxa de analfabetismo três vezes maior que a das mulheres brancas, além de uma menor expectativa de vida. São trabalhadoras informais sem acesso à previdência, residentes em ambientes insalubres, responsáveis pelo cuidado e sustento do seu grupo familiar, sendo que 60% das famílias chefiadas por mulheres não possuem rendimento ou sobrevivem com rendimento inferior a um salário mínimo.

Entre as diferentes ocupações exercidas pelas mulheres negras no Brasil, com maior destaque para a atuação no setor de serviços, estão as de alto grau de informalidade e aquelas em condições de exploração de mão de obra e baixos rendimentos.

O trabalho doméstico corresponde a aproximadamente 4 milhões de negras, num universo estimado de cerca de 7 milhões de trabalhadoras domésticas em atividade no País, sendo que as meninas negras representam cerca de 75% das trabalhadoras domésticas infantis. Trata-se de uma das ocupações com piores condições de trabalho, extensas jornadas, baixas remunerações, escassa cobertura social, um alto nível de descumprimento de normas trabalhistas, além de ser uma das profissões com maior *deficit* de trabalho decente. No trabalho doméstico, as mulheres negras são vítimas potenciais de vários

tipos de violência (física, mental, sexual e moral), fruto da discriminação provocada pelo sexismo patriarcal e pelo racismo.

A exposição de jovens à violência e, em particular, sua alta presença nas taxas de homicídios do País têm chamado a sociedade e o poder público a refletir sobre essa situação. Respostas e possíveis soluções para a resolução desse problema não têm conseguido reverter o quadro que coloca os jovens como os principais personagens da violência no Brasil. E são as mulheres que arcam com o maior ônus desta violência — como mães, companheiras, cuidadoras.

Há muitas e variadas atitudes cometidas contra as mulheres, e que são catalogadas de violentas, e essa é a razão pela qual não podemos falar em violência contra a mulher, mas em violências. E o racismo é, sem dúvida, uma das mais perversas formas de violência. Porque age silenciosamente, sob o olhar complacente de uma sociedade que prefere acreditar naquilo que hipocritamente se convencionou chamar de “racismo cordial”.

As mulheres negras vivenciam, em seu cotidiano, as múltiplas formas de violência física, psicológica e sexual; o tráfico de mulheres; a violência produzida por atores armados da polícia e da marginalidade. Todas essas violências são agravadas pelo racismo, pelo preconceito e pela discriminação.

Mas não se trata aqui de um exercício de vitimização.

As mulheres negras contribuíram e contribuem de maneira inquestionável para a construção socioeconômica e cultural do Brasil

e têm participação decisiva na conquista de direitos das brasileiras. E, apesar das limitações que enfrentam para se libertar do racismo, da discriminação racial e de gênero, da exclusão pela sua procedência, pela sua identidade sexual ou expressão de gênero, continuam lutando pela transformação desta sociedade violenta e excludente.

A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu “cultura da paz”, em 1999, como um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida de pessoas, grupos e nações baseados no respeito pleno à vida e na promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, na prática da não violência por meio da educação, do diálogo, da cooperação, podendo ser uma estratégia política para a transformação da realidade social.

É com base nessa máxima que as mulheres negras acreditam que a construção de uma cultura de paz se faz com homens e mulheres sensíveis e solidários.

Trata-se de uma tarefa de todas as pessoas que acreditam que paz pode ser mais que um símbolo ou uma figura de retórica. E que coletivamente podemos construir uma sociedade justa e igualitária, onde todas as pessoas possam viver com dignidade e prazer.

REFLITA E ESCREVA SOBRE
ALGUMAS ATITUDES PRÁTICAS
EM SEU COTIDIANO QUE PODERIAM
CONTRIBUIR PARA DESMONTAR
A FALSA TEORIA DO
“RACISMO CORDIAL”

[illegible]

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



Texto 6

O consumo de imagens e palavras estereotipadas reforça padrões comportamentais

por Vera Vieira
Associação Mulheres pela Paz

Em um jornal do Rio Grande do Norte, a imagem de uma mulher espancada e o *slogan* “Tá na cara que precisa” parecem compor apenas mais uma peça publicitária, neste caso, a de uma funilaria. A resposta dos “criadores da preciosidade” para mulheres indignadas de várias regiões brasileiras, é simplista: “Bando de feministas frustradas.” No bar, o apoio do copo de bebida dispara outra “pérola”: “Mulher e cerveja – especialidades da casa” – este é, aliás, o produto que mais reduz o corpo feminino à isca de consumo. Ao chegar em casa e ligar a televisão, não é preciso esperar muito para se deparar com a propaganda que mostra, durante uma cerimônia religiosa de casamento, o noivo condicionar o juramento de fidelidade à promessa da noiva de permanecer gostosa para sempre, preocupação essa justificada ao apontar a figura da mãe ali também presente e que “virou um bucho”. No programa infantil, a historinha veiculada mostra que a boneca negra virou bruxa e foi queimada. “Minha netinha, chorando muito, me dizia que não queria ser negra”, conta uma ativista do movimento durante um seminário. Um breve olhar às apresentadoras de programas infantis revela o quanto elas reforçam padrões conservadores de feminilidade e beleza, estética

branca, além de incutir a imagem de um País cuja cultura e modernidade se baseiam no consumismo. Ao folhear livros, percebe-se que a linguagem escrita e imagética também contribui para a naturalização dos estereótipos: “denegrir a imagem”, “judiar das pessoas”, “salvar o planeta é tarefa do homem”; figuras da mulher desempenhando tarefas domésticas e do homem em cargos executivos, e por aí afora...

É fundamental estarmos conscientes da relação da linguagem com o conhecimento e a cultura. É somente depois da fase da aquisição da linguagem que a pessoa atinge o campo da abstração. O pensamento conceitual é inconcebível sem a linguagem, em consequência do processo complexo da educação social. O ser humano não só aprende a falar, mas a pensar. Enquanto ponto de partida social do pensamento individual, a linguagem é a mediadora entre o que é social, dado – portanto, ditatorial – e o que é individual, criador, no pensamento de cada pessoa. A linguagem não só constitui o ponto de partida social e a base do pensamento individual, mas influencia também o nível de abstração e de generalização desse pensamento. Ela influencia o nosso modo de percepção da realidade. A experiência individual implica



esquemas e estereótipos de origem social. O estereótipo vem à tona na relação emocional do ser humano com o mundo. Por ser um processo não consciente, exerce sua ação com força tanto maior quanto mais se identifica em um todo unitário como conceito dentro da consciência humana. Esse é o segredo da famosa “tirania das palavras”. A linguagem como discurso não constitui um universo de signos, que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento. É interação e um modo de produção social. Não é neutra nem inocente, na medida em que está engajada numa intencionalidade, e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia.

Não se trata de detalhes inconsequentes, pois a realidade é construída com base em aspectos objetivos e subjetivos. Ao constatar que “é mais difícil desagregar um preconceito do que um átomo”, Einstein colocava em xeque as forças subjetivas com as objetivas. A constituição do imaginário das pessoas se reflete numa realidade que vem impondo relações desiguais de poder e oportunidades na sociedade. E nesse emaranhado dinâmico das estruturas do imaginário vão se tecendo laços que podem ser fortalecidos — no sentido de perpetuar as desigualdades — ou afrouxados, visando a desfazer os moldes dos papéis estabelecidos pela dinâmica social. É uma construção cultural, portanto, pode e deve ser mudada.

Atentar para as sérias consequências das mensagens discriminatórias, que são bombardeadas em nosso cotidiano, é tarefa de

quem busca promover a cidadania para um mundo melhor, com valores éticos, de equidade (igualdade, com respeito às diferenças) e justiça social. Na chamada Era da Informação, em que prevalece o *slogan* “estou na mídia, logo, existo!”, a maioria da população brasileira não encontra referenciais de identidade, mas, pelo contrário, um reforço das relações de subordinação impostas às pessoas que fogem ao modelo ocidental: homem, branco, magro, sem deficiências, jovem, heterossexual, culto, e que vem sendo construído culturalmente, ao longo dos milênios. As mulheres vêm conseguindo um lugar ao sol no espaço público, através da luta dos últimos 40 anos, mas ainda encontram muitas dificuldades para desconstruir os mitos da identidade feminina “a la Barbie”, a boneca que apresenta padrões irreais de beleza — sem contar que foi criada por um alemão desempregado, que a idealizou como uma garota de programa, vendendo-a em casas de prostituição.

Não é “papo pra boi dormir” e nem puro discurso de movimentos sectários, mas uma realidade cruel, facilmente demonstrável por estatísticas confiáveis de órgãos nacionais e internacionais: a cada dois minutos, cinco mulheres brasileiras são espancadas (a maioria, dentro de casa); alto índice de adolescentes com anorexia e bulimia; a mulher recebe salário 40% menor do que o do homem num mesmo cargo, embora com o mesmo nível universitário e experiência profissional; o homem negro recebe menos que o branco e a mulher negra, menos que a mulher branca. Assim sendo, as



discriminações de gênero e raça são os principais fatores estruturais e estruturantes das condições de pobreza e desigualdades sociais.

O primeiro passo para alterar essa realidade é conscientizar-se de que, ao romper com as discriminações na linguagem escrita e imagética, avança-se na influência do modo de percepção da realidade pelas pessoas, quebrando-se padrões comportamentais. Soma-se a isso a adoção de mecanismos de intervenção, que levam, sem sombra de dúvidas, a resultados positivos, ao considerarmos que vivemos em um mundo onde as forças de mercado tentam se equilibrar ao sofrer pressão de um público com consciência cidadã. Como bem escreveu Mikhail Bakhtin, “a fórmula estereotipada adapta-se, em qualquer lugar, ao canal de interação social que lhe é reservado, refletindo ideologicamente o

tipo, a estrutura, os objetivos e a composição social do grupo”.

A linguagem — escrita e imagética — carregada de estereótipos, há tempos vem merecendo ênfase nas ações do movimento feminista, como bandeira fundamental para o avanço da luta, tanto que, a partir de 1991, a Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e Caribe (Repem) passou a designar o dia 21 de junho, com uma série de atividades, como a data “Por uma educação sem discriminação”.

Vamos romper com a linguagem sexista, em busca de um mundo com igualdade entre mulheres e homens! Quando se quebra com a linguagem, quebra-se também com padrões comportamentais.

**NA PÁGINA SEGUINTE,
VOCÊ ENCONTRARÁ UMA TABELA COM
FORMAS USUAIS DE LINGUAGEM E AS
RECOMENDAÇÕES PARA A PRÁTICA DA
LINGUAGEM INCLUSIVA.
PARA EXERCITAR A LINGUAGEM SEM
DISCRIMINAÇÃO, ELABORE UMA FRASE PARA
CADA UMA DAS FORMAS ALTERNATIVAS.**



TABELA DE RECOMENDAÇÕES PARA UTILIZAÇÃO DE UMA LINGUAGEM INCLUSIVA

USUAL	ALTERNATIVA
Os direitos do homem	Os direitos humanos
O corpo do homem; a inteligência do homem	O corpo humano; a inteligência humana
Museu do homem	Museu da humanidade
O homem primitivo	Os seres humanos primitivos
Homem/mês; homem/hora	Trabalho/mês; trabalho/hora
<i>Cameraman</i>	Operador ou operadora de câmera
Aeromoça	Atendente de voo
Língua materna	Língua de origem ou originária
Reunião de pais na escola	Reunião de pais e mães na escola
Os professores; os jovens; os meninos	O professorado; a juventude; as crianças
Os negros	A raça negra
Denegrir a imagem de alguém	Difamar alguém
A situação está preta	A situação está ruim
José e senhorita Maria	José e Maria
Os brasileiros; os descendentes; os eleitores	O povo brasileiro; a descendência; o eleitorado
Os assessores; os coordenadores; os diretores	A assessoria; a coordenação; a direção
Afeminado	Delicado; suave; meigo
Aquele que fala	Quem fala
Precisa-se de estagiário	Estágio disponível
Cada aluno deverá ler um texto	Deverá ser lido um texto
Nas ilustrações didáticas e nos livros escolares, a mulher aparece, em geral, exercendo atividades no lar, ao passo que o homem aparece no escritório, na oficina, em cargos de poder, etc.	Dar visibilidade às mulheres que trabalham fora de casa. Destacar a importância do trabalho no lar — tanto para as mulheres como para os homens. Apresentar mulher e homem em todos os tipos de trabalho e funções profissionais. Observar que as mulheres desempenham papéis sociais e políticos em todos os níveis, com igual competência, autoridade e espírito de iniciativa que seus colegas homens.

Referências bibliográficas

UNESCO: *Linguagem Não-Sexista*. São Paulo, Ed. Texto Novo, 1996.

ROSSINI, E.; SAIDEL, R.; CALIÓ, S.; JESUS, I. USP lança guia prático sobre ensino e educação com igualdade de gênero. *Revista Comunicação e Educação*, USP-ECA/Ed.Moderna, n.8, Jan-Abr/1997, p.117/121.



Texto 7

Nascer mulher ainda pode ser considerado um fator de risco

por Maria José Lopes Souza
Rede Mulher de Educação

Fruto da cultura patriarcal, a violência contra a mulher ainda é uma realidade mundial, ou seja, um fenômeno que se reproduz desde a Antiguidade até o século XXI, tanto no campo quanto na cidade e independente da idade, classe social, matriz cultural e/ou religiosa. Essa violência é agravada quando sobreposta aos demais fatores de exclusão como orientação sexual, dificuldades especiais, reclusão, entre outros. Ou seja, “Basta nascer mulher!”.

Foi a partir da década de 1990 que o movimento feminista conquistou, por meio das diversas conferências da Organização das Nações Unidas (ONU), o reconhecimento de que a violência contra a mulher é um grave problema de Saúde Pública e da área dos Direitos Humanos. Entretanto, esse reconhecimento sem política pública e dotação orçamentária efetivas não faz com que o direito **saia da intenção**.

Somos adeptas da visão do educador Paulo Freire de que a origem da violência está determinada por um **modelo de organização social**, caracterizado pelo **abuso do poder**, assinalando a existência da diferença de interesses, desejos e valores, pertencentes ao universo cultural, político, econômico e psicológico, podendo ocorrer de diversas formas

e níveis — opressão, dominação, exploração, submissão, discriminação, desigualdade — e sofrendo variações de acordo com o momento histórico e lugar.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento da ONU/2010, a desigualdade entre os sexos fez o Brasil perder 63% de seu potencial de desenvolvimento humano, representando uma das principais causas de morte de pessoas com idade entre 15 e 44 anos.

Mas a violência atinge a mulher de forma diferenciada:



Enquanto os **homicídios** em geral atingem mais os **homens** e ocorrem no **espaço público**, a **violência doméstica** e a **sexual** afetam mais as **mulheres** e ocorrem predominantemente na **esfera privada**.

Dentre as diversas formas de violência contra a mulher, a doméstica e sexual é a mais complexa, porque traz o agravante da proximidade da vítima com a pessoa autora da violência, seja por laços afetivos ou de dependência.

A pergunta mais frequente nas capacitações com as/os profissionais dos serviços que compõem a rede de enfrentamento à violência é: “Quais os fatores que servem de



obstáculos no processo para que a mulher rompa com a situação de violência?”. Embora a resposta seja complexa, podemos sintetizar dizendo que a baixa autoestima associada à falta de escolaridade, à dependência econômica e à afetiva, assim como o descrédito no sistema de garantia de direitos, a ausência ou inadequação dos serviços especializados e profissionais despreparados para uma escuta sensível e qualificada compõem o repertório de fatores que dificultam a identificação, a atenção e o acolhimento da mulher, em especial crianças, idosas e portadoras de deficiência. No caso das mulheres negras, quilombolas, indígenas e de regiões ribeirinhas ou rurais, o problema é ainda mais grave, em virtude da discriminação de toda ordem e pela dificuldade de acesso aos recursos ou inexistência dos serviços especializados.

Nesse sentido, um dos grandes desafios para o governo brasileiro consiste em implementar ações, em todo o território nacional, que reduzam efetivamente os índices de violência, por se tratar de um país com dimensão continental (5.565 municípios) e fronteira com dez países, o que facilita o tráfico de mulheres para fins de exploração econômica e sexual. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2005 apontam que, no Brasil, existem 131 rotas internacionais e 110 domésticas.

Outro desafio é o crescente índice de crianças e adolescentes, muitas vezes negociadas pela própria família, que caem nas malhas da rede de prostituição ou que engravidam em decorrência do envolvimento com trabalhadores

das grandes empresas responsáveis pelas construções de barragens, hidrelétricas, rodovias ou outras obras, que concentram um grande contingente de homens.

Com os dados a seguir, é possível ter uma noção do tamanho desse desafio ao comparar a dimensão e a complexidade do problema em um País com mais de 190 milhões de habitantes (homens, 49%; mulheres, 51% — dessas, 30% são afrodescendentes), com as políticas públicas existentes nos 5.565 municípios:

➡ A cada 24 segundos uma mulher é espancada (pesquisa da Fundação Perseu Abramo, 2010).

➡ Uma em cada quatro meninas sofrerá abuso sexual na infância ou adolescência, (Coletivo Femino Plural, 2004).

➡ Em 87% dos casos, o marido ou o pai/padrasto é o autor da violência (DataSenado).

➡ Estima-se que apenas 40% das mulheres denunciam.

➡ Em menos de 10% das ocorrências são instaurados inquéritos.

➡ A cada cinco anos de violência, a mulher perde um ano de expectativa de vida.

Políticas Públicas:

➡ 400 Delegacias de Defesa da Mulher (DDM), aproximadamente.

➡ 75 Casas-Abrigo para mulheres e crianças, aproximadamente.

➡ Cerca de 190 Centros de Referência.

➡ Disque 180 (24 horas).

➡ 13 Juizados Especiais de Violência contra a Mulher, por determinação da Lei Maria da Penha (Rio de Janeiro, 2; Recife, 8; Belo Horizonte, 2;



São Paulo, 1).

Com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2003, e a promulgação da Lei 11.360/2006 (Lei Maria da Penha, considerada uma das melhores do mundo na área de *advocacy*), o governo brasileiro vem construindo as bases para uma política pública que reduza os índices anteriormente informados.

Em 2011, a SPM realizou a III Conferência de Políticas para as Mulheres, num processo de construção e avaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o que demanda investimentos com base em um diagnóstico nacional, em consenso com o movimento feminista e demais organizações de direitos da mulher.

Com a Lei Maria da Penha, a violência doméstica e sexual contra a mulher deixa de ser tratada como um crime de menor potencial ofensivo, na medida em que determina a redução do tempo na aplicação das medidas protetivas, assim como a criação dos Juizados Especiais de Violência Familiar e Doméstica, com competência civil e criminal, integradas. Além disso, recomenda que os serviços desenvolvam suas ações articuladas em Rede, incluindo assistência socioeducativa aos autores da violência.

**Se, por um lado,
o processo de mudança na cultura
depende de uma mudança na relação
entre homens e mulheres
para a construção da cultura da Paz...**

... por outro, tal mudança depende da responsabilização e da garantia dos direitos da

mulher por parte dos governos (federal, estadual e municipal), em parceria com a iniciativa privada e a sociedade civil organizada, em especial o movimento feminista. Pela primeira vez, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), no seu sétimo Congresso (2012), incluiu a questão de gênero na sua programação, abrindo espaço para o debate “Construindo novas pontes: o feminismo, as questões de gênero e o investimento social privado”. Para tal, contou com a contribuição do governo e da sociedade civil envolvidos nessa causa.

Nessa mesma linha de preocupação, a ONG internacional Vital Voices, responsável pela criação da Aliança Global pelo Fim da Violência contra Mulheres, vem realizando conferências em várias partes do mundo, reunindo representantes de diferentes países, a fim de alinhar conceitos, trocar experiências, assim como possibilitar a articulação de ações em conjunto no enfrentamento à violência contra a mulher. Outra finalidade dessas conferências é orientar a organização quanto ao destino do seu investimento/apoio a outras organizações afins. No Brasil, a Vital Voices conta com a parceria da ONG Associação Mulheres pela Paz e do Instituto Avon (investimento social de iniciativa privada).

Se muito vale o já feito, mais vale o que virá, lembrando que “nenhuma pessoa é tão boa e tão inteligente quanto todas juntas” (Merelyn Ferguson).



Em sua opinião,
por que persiste no
imaginário das pessoas
o ditado popular
“em briga de marido e mulher,
ninguém mete a colher”.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



Texto 8

Redefinindo Paz: uma alternativa inovadora para o enfrentamento da violência contra a mulher

por Maria Luísa Pereira de Oliveira
Maria Mulher Organização de Mulheres Negras
e Rede Nacional Feminista de Saúde
Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

As mulheres brasileiras vêm elaborando, ao longo do tempo, diferentes estratégias e formas de enfrentar o fenômeno da violência doméstica, legitimada pelas relações de gênero. Estudos sobre o fenômeno têm recebido particular atenção desde a década de 1970, especialmente em função do tensionamento colocado na sociedade pelos movimentos de mulheres e feministas. O sério problema da violência manifesta-se de diferentes formas: assassinatos, estupros, agressões físicas e sexuais, abusos emocionais, exploração sexual, mutilação genital, violência racial, por causa de dote ou orientação sexual. A violência pode ser cometida por diversos perpetradores: parceiros, familiares, conhecidos, estranhos ou agentes do Estado, sendo que os companheiros e familiares são os principais autores, e os casos são, em sua maioria, severos e repetitivos.

Os alarmantes índices de homicídios em que as vítimas são mulheres colocam o Brasil na sétima posição entre os 80 países do mundo dos quais se consegue dados com base em estatísticas da Organização Mundial de Saúde (OMS), segundo o *Mapa da Violência 2012*. A taxa de 4,4 homicídios para cada 100 mil mulheres

caracteriza o Brasil como um dos países de elevados níveis de feminicídio, vocábulo que denomina os assassinatos de mulheres motivados pelas discriminações de gênero, permeadas de formas de dominação, exercício de poder e controle sobre as mulheres. O *Mapa da Violência* também conclui que, em 68,8% dos atendimentos a mulheres vítimas de violência, a agressão aconteceu na residência da vítima e a autoria foi de parceiros ou ex-parceiros. Outro aspecto confirmado pelos dados brasileiros é o de que altos níveis de feminicídio geralmente são acompanhados de elevados níveis de tolerância da violência contra as mulheres e, em alguns casos, são o resultado dessa tolerância. Ainda que muitas das características das agressões se assemelhem às de outros países do mundo, o contexto brasileiro apresenta diferentes sinais que evidenciam a complexidade do problema nacional:



No ano seguinte à promulgação da Lei Maria da Penha — ocorrida em agosto de 2006 e que entrou em vigor em setembro daquele ano —, tanto o número quanto as taxas de homicídio de mulheres apresentaram uma visível queda; já a partir de 2008, a espiral de violência retoma



os patamares anteriores, indicando nitidamente que as políticas ainda são insuficientes para reverter a situação.



O impacto do racismo também se encontra na produção de violência contra as mulheres negras, relacionada a causas externas como homicídios e suicídios. Analisadas num estudo que descreve dados epidemiológicos do Datasus sobre a situação da violência fatal das mulheres segundo raça/cor em todas as unidades da federação brasileira, em uma série histórica de seis anos (2003-2008), comprovaram maiores índices de violência fatal comparando-se mulheres negras – 74,1%, no primeiro triênio e 77,8%, no segundo – com mulheres brancas (BAIRROS; OLIVEIRA, 2011).

O cuidado com novas alternativas

Diante desse severo contexto, a iniciativa do projeto *Redefinindo Paz* se coloca como uma alternativa inovadora, que propõe transformações culturais e vem ao encontro da necessidade de mudança de crenças e padrões arraigados e reproduzidos por meio da cultura, que banalizam e naturalizam a violência contra as mulheres, conforme se pode verificar quando uma importante lei não consegue ser efetivamente implementada e nem exercer todo seu potencial de coibição do fenômeno da violência. E também quando um conjunto de ideias como o racismo se constitui elemento catalisador de diferentes formas de violência, ao mesmo tempo em que é violência, de acordo com Werneck (2010). A autora aponta que a experiência do racismo varia conforme o sexo e a identidade de gênero das pessoas. Assim, nas

sociedades racistas, meninas, adolescentes e mulheres negras vão experimentar diferentes formas de violência, em patamares mais altos que o vivido pelas meninas, adolescentes e mulheres brancas.

A oficina do projeto *Redefinindo Paz*, realizada em Porto Alegre/RS, em junho de 2011, inaugurando as atividades em todas as regiões brasileiras no transcorrer de dois anos, foi marcada pela representatividade de organizações governamentais e não governamentais. A oficina reuniu representantes do poder público – profissionais do Juizado de Violência Doméstica e Familiar, Secretaria Estadual de Políticas para Mulheres, Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Secretaria Municipal de Saúde, Coordenação Municipal da Mulher – e da sociedade civil organizada – movimento feminista, LGBT, popular, negro, mulheres negras e entidades de direitos de crianças e adolescentes. Um grupo heterogêneo e diverso, composto por mulheres e homens, pessoas negras e brancas, jovens, adultas e da terceira idade, caracterizado pela diversidade racial, representantes de associações comunitárias, universidade, entidades de classe, outros campos de defesa de direitos.

Houve, ainda, a combinação da participação de organizações com importante atuação local e outras com atuação nacional e internacional, o que foi um dos fatores de enriquecimento das atividades (ver relatório fotográfico com descrição detalhada das atividades, no *website* www.mulherespaz.org.br).



Importante aspecto para reflexão foi a presença de participantes do sexo masculino ter sido significativa, apesar de não ter atingido o percentual de 50% pretendido. Aparentemente, a questão da violência e seu enfrentamento permanecem na sociedade como temas que dizem respeito ou são responsabilidades apenas das mulheres, mobilizando-nos mais do que os homens, confirmando a necessidade premente de elaboração de estratégias inovadoras de intervenção na cultura, na perspectiva de transformação social e cultural. Uma das possibilidades para elaboração dessas novas estratégias são a utilização e o aproveitamento de novas tecnologias e formas de comunicação para a construção de diálogos conjuntos e práticas coletivas.

A proposição de uma cultura de paz se apresenta de maneira crítica e articulada, integrando uma proposta de enfrentamento das violências e desigualdades que marcam o esforço da sociedade brasileira nas últimas décadas. Assim, não deixa de reconhecer as violações de direitos decorrentes de sistema social, econômico e político sexista, racista, heteronormativo, baseado em princípios do patriarcado e de orientação religiosa judaico-cristã. Considerando a realidade atual sobre a violência contra as mulheres e os conteúdos trabalhados no projeto *Redefinindo Paz*, a construção dessa nova cultura coloca-se como um desafio para toda a sociedade, a fim de que se possa concretizar o direito das mulheres, e de todas as pessoas, a uma vida sem violência.

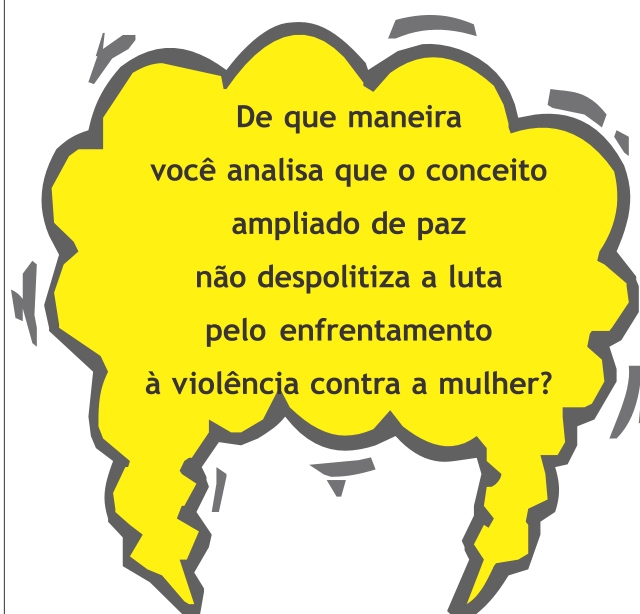
Referências Bibliográficas:

BAIRROS, F.; OLIVEIRA, M.L.P. de. *Violência fatal: a vulnerabilidade das mulheres negras*. [Apresentado no III Seminário Internacional Rotas Críticas da Violência. Porto Alegre. maio de 2011]. Mimeo

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). *Violência Contra a Mulher e Saúde no Brasil - Estudo Multipaíses da OMS sobre Saúde da Mulher e Violência Doméstica*. Brasília: OMS. 2004.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2012. Os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

WERNECK, Jurema. *Mulheres Negras e violência no Rio de Janeiro. Participação das Mulheres no Acompanhamento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres a partir do II Plano Nacional de Políticas para Mulheres*. Rio de Janeiro: ONG Criola. 2010.



Mulheres e Homens contra a Violência Doméstica e pela Paz



Cordel 1

O caso Eliza Samudio e o machismo total

por Salete Maria
(www.cordelirando.blogspot.com)

O caso Eliza Samudio
Que tem chocado o Brasil
Emerge como prelúdio
De um grande desafio:
Exortar nossa Justiça
Pra deixar de ser omissa
Ante o machismo tão vil!

Trata-se de um momento
De grande reflexão
Pois não basta só lamento
Ou alguma oração
É hora de provocar
Propondo um outro olhar
Sobre processo e ação.

Saiu na televisão
Rádio, internet e jornal
Notícia em primeira mão
Toda manchete é igual:
Ex-amante de goleiro
(Aquele cheio de dinheiro!)
Sumiu sem deixar sinal.

Muita especulação
- discurso de autoridade-
Uns dizem que é armação
Outros dizem que é verdade
Polícia e delegacia
Justiça e promotoria:
Fogueira de vaidades!

Mei-mundo de advogados
Investigação global
Cada um no seu quadrado
Falando em todo canal
Subjacente a tudo
Um peixe muito graúdo:
Androcentrismo total!

A mídia fala em Bruno
Eliza e gravidez
Flamengo, orgia e fumo
- esta é a bola da vez! -
Tem muito “especialista”
Em busca de alguma pista
Pra ser o herói do mês.

E a história se repetindo
Mudando apenas o nome
Outra mulher sucumbindo
Sob ameaça dum homem
Uma vida abreviada
Cuja morte anunciada
A estatística consome.

Assim é a violência
Lançada sobre a mulher
Ela pede providência
E cara faz o que quer
Mas a Justiça, que é lerda,
Machista, “fazendo merda”
Vem com papo de “Mané”.

E oito meses depois
Da “denúncia” inicial
Que é o feijão com arroz
Do distinto tribunal
Nadica de nada existe
Mas autoridade insiste
Que isto, sim, é normal:

“A culpa é do Instituto
Que não mandou o exame”
- isto soa como insulto
e daqueles mais infames -
Não era caso de urgência?
- tenha santa paciência! -
Para que serve um ditame?

A moça buscou amparo
Na Justiça do país
Agiu correto, é claro
E esperou do juiz
O tal reconhecimento
Sobre o pai do seu rebento
Tendo a vida por um triz.

Também fez comunicado
Ao campo policial
Dizendo que o namorado
Praticou crimes e tal
Buscou as vias legais
Enfrentou feras reais
Terá sido este o seu mal?

Mesmo com a delegacia
Dita especializada
E com toda a apologia
De uma Lei avançada
Faltou ter a ruptura
Com aquela velha cultura
De que a mulher é culpada.

E o cumprimento legal
No caso, muito importante
Seria mais um arsenal
Para enfrentar o gigante
Mudar a mentalidade
De nossas autoridades
É fator preponderante.

E para que isto ocorra
Entre outra alternativa
Antes que mais uma morra
E o caso fique à deriva
É preciso compreender
Que Justiça é pra fazer
Enquanto a mulher tá viva!



Sei que nada justifica
Que haja tanta demora
E enquanto o caso complica
A vítima “já foi embora”
Sem medida protetiva!
Sequer prisão preventiva!
Quanto inoperância aflora!

Se o exame era necessário
À elucidação do crime
O Estado-perdulário
Neste campo fez regime
Ficando no empurra-empurra
No velho: “mulher é burra,
e joga no outro time”.

Todo crime tem problemas
De toda diversidade
Assim como há esquemas
Também há dificuldades
Mas pra mim é evidente
Que o machismo presente
Premia a impunidade.

Machismo compartilhado
Por gente de toda cor
Do goleiro ao empregado
Do primo ao executor
Autoridades também
Implicitamente têm
Um machismo inspirador.

Cada “doutor” se expressa
Centrado no ganhanho
É o mote da conversa:
Fama, grana e traição
Ao se referir a ela
Falam da menina bela
Que fez filme de tesão.

Falta a compreensão
Da questão relacional
Gênero, classe, profissão
Cor e *status* social
O processo é narrativa
Que emerge da saliva

Falocêntrica-legal.

E ainda que alguns digam
“Oh, Eliza, coitadinha”
E suas doutrinas sigam
Desvendando pegadinhas
A escola dogmática
Do direito-matemática
Perpétua ladainhas.

Processo judicial
Só serve para punir?
Havia tanto sinal...
Não dava pra prevenir?
E a tal ação civil?
Alimentos deferiu?
Para o bebê consumir?

É um momento de dor
Para a família dos dois
O caso é multifator
Não basta dar nome aos bois
A lógica policial
Cartesiana e formal
Festeja tudo depois.

Por isso se faz urgente
Conjugar gênero e direito
Pois um trabalho decente
Que surta algum efeito
Não se limita a julgar
Mas também a estudar
O cerne do preconceito.

Homens que matam mulheres
Em relações de poder
Isto tem se dado em série
Mas é preciso entender
Que subjaz ao evento
Um histórico comportamento
Que vai construindo o ser.

A nossa sociedade
Apesar da evolução
Reproduz iniquidade
E também muita opressão
Homem que bate em mulher
- E “ninguém mete a colher”
Sempre foi uma “lição”.

Aprendida por goleiros
Delegados, professores,
Motoristas, marceneiros,
Pedreiros e promotores,
Garçons e malabaristas,
Médicos e taxistas,
Juízes e adestradores.

Por isto em nossos dias
De conquistas sociais
De novas filosofias
Direitos especiais
Não podemos aceitar
Justiça só pra apurar
Crimes tão excepcionais.

Que a Justiça também
Sirva para (se) educar
Chega deste nhe-nhe-nhem
Deste eterno blá-blá-blá
A Lei Maria da Pena
Existe pra que não tenha
Tanta morte a lamentar!!!

Nota das organizadoras:

A jovem de 25 anos desapareceu no início de junho de 2010 e foi considerada morta pela polícia. Segundo depoimentos, ela foi sequestrada, morta cruelmente, teve seu corpo cortado em partes e desossado por cães da raça *rottweiler*. Bruno, então goleiro do Flamengo, é suspeito de ser o principal envolvido, com a ajuda de amigos e parentes. Eliza teria sido levada do sítio de Bruno, em Esmeraldas (MG) para uma casa em Vespasiano (MG), onde teria sido assassinada. Nascida em Foz do Iguaçu (PR), Eliza se mudou para São Paulo e posteriormente para o Rio de Janeiro. Em 2009, teve um relacionamento com o goleiro Bruno, então jogador do Flamengo. Ela brigava, na Justiça, pelo reconhecimento da paternidade do filho de 4 meses, que seria do

Fonte:

<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/07/cronologia-do-caso-eliza-samudio.html>

2) QUAIS OS CONCEITOS QUE VOCÊ NÃO CONHECIA OU NÃO ENTENDIA E QUE, COM ESSE CORDEL, PASSOU A DOMINAR?

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Mulheres e Homens contra a Violência Doméstica e pela Paz



Cordel 2

A Lei Maria da Penha

por Tião Simpatia
(www.tiaosimpatia.blogspot.com)

I
A Lei Maria da Penha
Está em pleno vigor
Não veio pra prender homem
Mas pra punir agressor
Pois em “mulher não se bate
Nem mesmo com uma flor”.

II
A violência doméstica
Tem sido uma grande vilã
E por ser contra a violência
Desta Lei me tornei fã
Pra que a mulher de hoje
Não seja uma vítima amanhã.

III
Toda mulher tem direito
A viver sem violência
É verdade, está na Lei
Que tem muita eficiência
Pra punir o agressor
E à vítima, dar assistência.

IV
Tá no artigo primeiro
Que a Lei visa a coibir;
A violência doméstica
Como também, prevenir;
Com medidas protetivas
E ao agressor, punir.

V
Já o artigo segundo
Desta Lei Especial
Independente de classe
Nível educacional
De raça, de etnia;
E opção sexual...

VI
De cultura e de idade

De renda e religião
Todas gozam dos direitos
Sim, todas! Sem exceção.
Que estão assegurados
Pela Constituição.

VII
E que direitos são esses?
Eis aqui a relação:
À vida, à segurança.
Também à alimentação
À cultura e à justiça
À saúde e à educação.

VIII
Além da cidadania
Também à dignidade
Ainda tem moradia
E o direito à liberdade.
Só tem direitos nos “As”,
E nos “Os”, não tem
novidade?

XIX
Tem, direito ao esporte
Ao trabalho e ao lazer
E o acesso à política
Pro Brasil desenvolver
E tantos outros direitos
Que não dá tempo dizer.

X
A Lei Maria da Penha
Cobre todos esses planos?
Ah, já estão assegurados
Pelos Direitos Humanos.
A Lei é mais um recurso
Pra corrigir outros danos.

XI
Por exemplo: a mulher
Antes de a Lei existir,

Apanhava, e a justiça.
Não tinha como punir
Ele voltava pra casa
E tornava a agredir. (agredi-
la).

XII
Com a Lei é diferente
É crime inaceitável
Se bater, vai pra cadeia
Agressão é intolerável
O Estado protege a vítima
Depois pune o responsável.

XIII
Segundo o artigo sétimo
Os tipos de violência
doméstica e familiar
Têm na sua abrangência
As cinco categorias
Que descrevo na sequência.

XIV
A primeira é a Física
Entendendo como tal:
Qualquer conduta ofensiva
De modo irracional
Que fira a integridade
E a saúde corporal...

XV
Tapas, socos, empurrões;
Beliscões e pontapés
Arranhões, puxões de orelha;
Seja um, ou sejam dez
Tudo é violência física
E causam dores cruéis.

XVI
Vamos ao segundo tipo
Que é a psicológica
Esta, merece atenção



Mais didática e pedagógica
Com a autoestima baixa
Toda a vida perde a lógica...

XVII

Chantagem, humilhação;
Insultos; constrangimento;
São danos que interferem
No seu desenvolvimento
Baixando a autoestima
Aumentando o sofrimento.

XVIII

Violência sexual:
Dá-se pela coação
Ou uso da força física
Causando intimidação
E obrigando a mulher
Ao ato da relação...

XIX

Qualquer ação que impeça
Esta mulher de usar
Método contraceptivo
Ou para engravidar
Seu direito está na Lei
Basta só reivindicar.

XX

A quarta categoria
É a Patrimonial:
Retenção, subtração,
Destruição parcial
Ou total de seus pertences
Culmina em ação penal...

XXI

Instrumentos de trabalho
Documentos pessoais
Ou recursos econômicos
Além de outras coisas mais
Tudo isso configura
Em danos materiais.

XXII

A quinta categoria
É Violência Moral
São os crimes contra a honra
Está no Código Penal
Injúria, difamação;
Calúnia, etc. e tal.

XXIII

Segundo o artigo quinto
Esses tipos de violência
Dão-se em diversos âmbitos
Porém é na residência
Que a violência doméstica
Tem sua maior incidência.

XXIV

Quem pode ser enquadrado
Como agente/agressor?
Marido ou companheiro
Namorado ou ex-amor
No caso de uma doméstica
Pode ser o empregador.

XXV

Se por acaso o irmão
Agredir a sua irmã
O filho, agredir a mãe;
Seja nova ou anciã
É violência doméstica
São membros do mesmo clã.

XVI

E se acaso for o homem
Que da mulher apanhar?
É Violência Doméstica?
Você pode me explicar?

Tudo pode acontecer
No âmbito familiar.

XXVII

Nesse caso é diferente;
A lei é bastante clara!
Por ser uma questão de
gênero
Somente à mulher ampara
Se a mulher for valente
O homem que livre a cara.

XXVIII

E procure seus direitos
Da forma que lhe convenha
Se o sujeito aprontou
E a mulher desceu-lhe a lenha
Recorra ao Código Penal
Não à Lei Maria da Penha.

XXIX

Agora, num caso lésbico;
Se no qual a companheira
Oferecer qualquer risco

À vida de sua parceira
A agressora é punida;
Pois a Lei não dá bobeira.

XXX

Para que os seus direitos
Estejam assegurados
A Lei Maria da Penha
Também cria os Juizados
De Violência Doméstica
Para todos os estados.

XXXI

Aí, cabe aos governantes
De cada federação
Destinarem os recursos
Para implementação
Da Lei Maria da Penha
Em prol da população.

XXXII

Espero ter sido útil
Neste cordel que criei
Para informar o povo
Sobre a importância da Lei
Pois quem agride uma Rainha
Não merece ser um Rei.

XXXIII

Dizia o velho ditado
Que “ninguém mete a
colher”.
Em briga de namorado
Ou de “marido e mulher”
Não metia... Agora, mete!
Pois isso agora reflete
No mundo que a gente quer.

Todos os direitos reservados.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Mulheres e Homens contra a Violência Doméstica e pela Paz



CAMPANHA DO LAÇO BRANCO



Fonte: www.lacobranco.org.br

A Campanha Brasileira do Laço Branco tem o objetivo de sensibilizar, envolver e mobilizar os homens no engajamento pelo fim da violência contra a mulher. Suas atividades são desenvolvidas em consonância com as ações dos movimentos organizados de mulheres e de outras representações sociais, que buscam promover a equidade de gênero, por meio de ações em saúde, educação, trabalho, ação social, justiça, segurança pública e direitos humanos.

Como tudo começou?

Em 6 de dezembro de 1989, um rapaz de 25 anos (Marc Lepine) invadiu uma sala de aula da Escola Politécnica, na cidade de Montreal, Canadá. Ele ordenou que os homens (aproximadamente 48) se retirassem da sala, permanecendo somente as mulheres. Gritando: “Vocês são todas feministas!?”, esse homem começou a atirar enfurecidamente e assassinou 14 mulheres, à queima-roupa. Em seguida, suicidou-se. O rapaz deixou uma carta na qual afirmava que havia feito aquilo porque não suportava a ideia de ver mulheres estudando engenharia, um curso tradicionalmente dirigido ao público masculino.

O crime mobilizou a opinião pública de todo o país, gerando amplo debate sobre as desigualdades entre homens e mulheres e a violência gerada por esse desequilíbrio social. Assim, um grupo de homens do Canadá decidiu se organizar para dizer que existem homens que cometem a violência contra a mulher, mas existem também aqueles que repudiam essa atitude. Eles elegeram o laço branco como símbolo e adotaram como lema: jamais cometer um ato violento contra as mulheres e não fechar os olhos para esta violência.

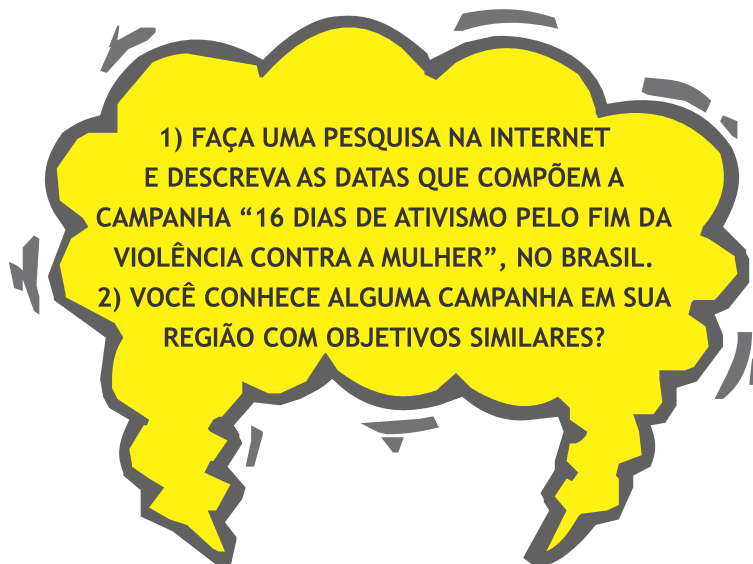
Lançaram, assim, a primeira Campanha do Laço Branco (*White Ribbon Campaign*): homens pelo fim da violência contra a mulher. Durante o primeiro ano da Campanha, foram distribuídos cerca de 100 mil laços entre os homens canadenses, principalmente entre 25 de novembro e 6 de dezembro, semana que concentra um conjunto de ações e manifestações públicas em favor dos direitos das mulheres e pelo fim da violência. O dia 25 de novembro foi proclamado pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), órgão das Nações Unidas, como Dia



Internacional de Erradicação da Violência contra a Mulher. O dia 6 de dezembro foi escolhido para que a morte daquelas mulheres (e o machismo que a gerou) não fosse esquecida.

Trabalhando com diversos órgãos das Nações Unidas, particularmente o Unifem, e em parceria com organizações de mulheres, essa Campanha também foi implementada em diferentes países, ao longo das duas últimas décadas: na Ásia (Índia, Japão e Vietnã), Europa (Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca, Espanha, Bélgica, Alemanha, Inglaterra e Portugal), África (Namíbia, Quênia, África do Sul e Marrocos), Oriente Médio (Israel), Austrália e Estados Unidos.

No Brasil, algumas iniciativas começaram a ser delineadas em 1999. Com objetivo de ampliar cada vez mais nossa rede, em 2001, realizamos o lançamento oficial da Campanha, promovendo diferentes atividades, entre elas: distribuição de laços brancos, camisetas e folhetos informativos, realização de eventos públicos, caminhadas, debates, oficinas temáticas, entrevistas para jornais e revistas, coleta de assinaturas e termos de adesão à campanha, etc. Essas atividades foram desenvolvidas em parceria com diferentes instituições, particularmente organizações do Movimento de Mulheres.



- 1) FAÇA UMA PESQUISA NA INTERNET E DESCREVA AS DATAS QUE COMPÕEM A CAMPANHA “16 DIAS DE ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER”, NO BRASIL.
- 2) VOCÊ CONHECE ALGUMA CAMPANHA EM SUA REGIÃO COM OBJETIVOS SIMILARES?

Mulheres e Homens contra a Violência Doméstica e pela Paz



**A metodologia e
as dinâmicas de
educação popular
feminista**



O QUE É A METODOLOGIA DE EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA?

Vera Vieira
Associação Mulheres pela Paz

A metodologia de educação popular feminista tem por base a construção coletiva do conhecimento, levando em conta aspectos objetivos e subjetivos, pois se considera que a realidade é construída pelas pessoas tanto pela via da razão como pela via da emoção.

É uma forma dialógica de educar – com base na realidade das pessoas participantes, com elas, e não para elas. Assim, o conhecimento é gestado de forma coletiva, considerando-se a visão local, para inseri-la no contexto nacional, regional e global, e vice-versa.

Visa à libertação do ser humano, ao atuar contra os efeitos de uma psicologia da opressão, por meio de um processo de conscientização de sujeitos ativos – isto é, políticos –, portanto, capazes de se organizar e transformar, eticamente, a história que está sendo construída permanentemente por seres humanos.

Busca-se avançar no enfrentamento às desigualdades de classe, gênero, raça, orientação sexual e geração, por serem considerados os principais fatores que determinam uma distribuição injusta de poder e oportunidades entre as pessoas.

A Rede Mulher de Educação é reconhecida internacionalmente como pioneira no trabalho de educação popular específico com mulheres, com base na Pedagogia do Oprimido, de Paulo

Freire, que, em poucas palavras, poderia ser definida como uma forma de educar transformadora, que liberta o ser humano, atuando contra os efeitos de uma psicologia da opressão, contribuindo para a humanização. Segundo Moema Viezzer, idealizadora e uma das fundadoras da Rede Mulher de Educação, “ao trabalhar sob a ótica das mulheres, a pedagogia do oprimido deve necessariamente levantar questões sobre as várias contradições existentes na sociedade, que extrapolam as contradições das classes sociais. O movimento feminista explicitou isso ao desvendar a realidade da opressão do gênero feminino pelo gênero masculino – como parte constitutiva da realidade social em todas as classes sociais”. Como já dito, as desigualdades de classe, gênero, raça/etnia, geração são as principais variáveis na distribuição desigual e injusta de poder e oportunidades entre as pessoas.

As dinâmicas de sensibilização são componentes importantes na aplicação da metodologia de educação popular feminista, visando a explorar a riqueza da subjetividade das pessoas, já que a realidade é construída tanto pela razão quanto pela emoção. A fase de preparação exige enfoques específicos para as diferentes temáticas, levando sempre em conta que as/os participantes são pessoas que se

Ao longo de sua existência, a Rede Mulher de Educação vem aplicando e sistematizando (publicações que se tornam instrumentos) uma metodologia de oficina de educação popular com mulheres. Ela valoriza o conhecimento acumulado pelas/os participantes em sua prática de vida cotidiana – ponto de partida para a introdução e construção de novos conhecimentos, que já demonstrou sua eficiência e eficácia de aplicação na prática. As oficinas de formação constituem-se em um outro ponto de partida para muitos trabalhos que tenham como perspectiva levar os grupos a refletir sobre as relações sociais, entendendo como a discriminação acontece, quem se beneficia com ela, e, assim, iniciar o planejamento de ações cotidianas que contribuam para alterar as desigualdades sociais.



A METODOLOGIA DE OFICINA DE EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA DESENVOLVIDA PELA REDE MULHER DE EDUCAÇÃO

Beatriz Cannabrava
Rede Mulher de Educação

Essa metodologia, desenvolvida a partir da década de 1980 pela Rede Mulher de Educação, é uma proposta de formação a distância e presencial que contempla três fases:

-  1) Preparação
-  2) Encontro
-  3) Continuidade

É importante ressaltar que se trata de uma oficina realizada em forma de rede e que, portanto, não se trata de um evento, e sim de um processo que leva a ações comuns, articuladoras das mulheres e homens participantes, representando um avanço na proposta de apoiar a construção de uma sociedade com equidade de gênero e sem qualquer tipo de discriminação.

1) Preparação

A fase de preparação compreende:

-  escolha dos grupos participantes;
-  diagnóstico e/ou levantamento das demandas desses grupos;
-  seleção da coordenadora de cada grupo;
-  escolha do tema ou temas a trabalhar no processo;
-  elaboração de material de apoio para o

trabalho a distância.

-  Sistematização dos resultados do trabalho de cada grupo;
-  elaboração do material de apoio para a segunda fase (Caderno de trabalho);
-  eleição por parte de cada grupo de representante com capacidade multiplicadora para participar da segunda fase.

2) Encontro

Trata-se de um momento de formação presencial no qual as e os participantes:

-  trabalham sobre o material da primeira fase sistematizado pela coordenação geral da oficina;
-  adquirem ferramentas metodológicas para multiplicar os conhecimentos adquiridos;
-  elaboram o plano de trabalho que irão adotar com seus grupos, incluindo monitoramento e avaliação.

3) Continuidade

Cada grupo dá continuidade ao processo durante 12 meses:

-  executando o plano proposto;
-  monitorando as atividades;

- Após esse período há um novo encontro para:

- ➡ avaliação geral do processo e
- ➡ elaboração das estratégias para a multiplicação dos resultados.

E, lembre-se: todo o material produzido é sistematizado em uma publicação, CD ou vídeo, o que contribui para amplificar o processo de multiplicação.

[illegible]



POR QUE TRABALHAR COM OFICINA?

Maria José Lopes Souza
Rede Mulher de Educação

Oficina é uma ferramenta da Psicologia Social para trabalho em grupo. Configura-se como um método vivencial-reflexivo, que articula a teoria com a experiência concreta da pessoa — o pensar, o sentir e o agir —, possibilitando a elaboração coletiva e articulada de novos conhecimentos.

Embora o conhecimento seja resultado de uma produção coletiva, ele é apropriado por cada integrante de forma diferente, na medida em que a aprendizagem é consequência de algo que foi internalizado, apreendido individualmente, assim como depende do quanto a pessoa se permitiu mergulhar naquela experiência grupal. Nesse sentido, a conotação atribuída ao papel de coordenador/a de grupo é o de facilitador/a do desenvolvimento do trabalho.

As dinâmicas são aplicadas para facilitar o processo de incorporação do conteúdo exposto e a obtenção dos objetivos propostos, explorando o potencial criativo e lúdico do grupo.

Tendo por base o pressuposto de que toda ação educativa é política, porque presume um determinado ponto de vista, uma determinada forma de pensar o mundo, assim como a toda forma de participação social está vinculada a um determinado projeto político de manutenção ou transformação do modelo de organização social, a pessoa “líder da transformação”, no papel de coordenador/a de grupo, deve explicitar para o grupo os princípios que orientam aquela

atividade.

A seguir, segue uma relação de princípios que orientam o projeto político de construção da Cultura da Paz, por meio da educação/participação popular feminista:

➡ Trabalhar a questão de gênero para uma leitura crítica e criativa da realidade, que promova uma mudança nas relações de injustiça na vida das mulheres, a redução das desigualdades sociais de classe, étnica/racial, geracional, opção sexual ou qualquer outra forma de inserção social que leve a exclusão.

➡ A ação político-educativa é um processo que não se inicia nem se encerra com uma atividade específica. Por isso, é fundamental disseminar as diversas fontes de pesquisa, incentivar o uso das novas tecnologias e a formação de grupos de estudo, democratizando o conhecimento.

➡ A aprendizagem deve envolver a pessoa integralmente, por meio da articulação simultânea do pensar, do sentir e do agir, observando-a dentro de um sistema/contexto integrado, globalizado e mutável, portanto, possível de ser reconstruído, reformulado.

➡ Por se dar num processo, o ponto de partida é a realidade pessoal, valorizando a experiência acumulada e promovendo a relação de troca entre diferentes expe-



DINÂMICAS E TÉCNICAS PARA TRABALHO EM GRUPO

Material compilado por Beatriz Cannabrava
(Rede Mulher de Educação)
e Vera Vieira (Associação Mulheres pela Paz)

As técnicas e dinâmicas utilizadas em um processo educativo, seja ele curso ou oficina, são ferramentas valiosas que permitem fazer, passo a passo com o grupo, um exercício de construção do conhecimento, de reciprocidade na comunicação e de cooperação, propiciando a participação de todos e todas.

Mas é importante ter presente que são apenas ferramentas, instrumentos de trabalho, e que utilizar técnicas e dinâmicas por si só não é garantia de cumprimento dos objetivos.

Por esse motivo é imprescindível que o trabalho seja bem planejado, buscando-se técnicas e dinâmicas adequadas ao conteúdo que queremos trabalhar.

Lembre-se: improvisar pode ser um risco.

Dinâmica 1 DANÇA NOVA

Objetivo: Descontração, integração

“Menina que dança é essa
Que sua perna (*) fica mole (bis)
É uma dança nova
Que bole, bole, que bole, bole (bis)
Que bole, bole, bole, bole
Que bole, bole, bole, bole (bis)”

(*) Ir substituindo por braço, cabeça, cintura, etc.

Desenvolvimento: Formação em círculo. Na primeira estrofe, ir movendo a parte do corpo mencionada. Na segunda, movimentar os quadris. O estribilho é acompanhado de palmas.

Dinâmica 2 VOU ENSINAR A LETRA

Objetivo: Animação.

“Pé de cana - Caneta
Pé de Bucha - Bucheta
No sertão da tiririca
PIMENTA - PIPOCA - PITANGA E PIPA.

Ela errou a letra (4 x)
ou
Ela acertou a letra” (4 x)

Desenvolvimento: Forma-se uma roda com as pessoas participantes. O facilitador ou a facilitadora canta quatro vezes. Na quinta vez, não canta a última linha da música, escolhendo sempre uma pessoa diferente. O grupo canta quatro vezes o acerto ou erro.



Dinâmica 3

CONVERSANDO EM DUPLAS

Objetivo: Apresentação.

Desenvolvimento: cada participante escolhe um parceiro ou parceira, de preferência uma pessoa que não conheça muito bem. Conversam durante cinco minutos, e uma apresenta a outra a todo o grupo.

Dinâmica 4

CRACHÁS TROCADOS

Objetivo: Apresentação.

Desenvolvimento: os crachás são distribuídos aleatoriamente. Uma pessoa de cada vez se apresenta e vai procurar o verdadeiro dono ou dona do crachá que está em seu poder, que se apresenta e vai procurar o/a verdadeiro/a dona ou dona do crachá que está em seu poder... e assim por diante, até que todas as pessoas tenham se apresentado

Dinâmica 5

COMO VÃO VOCÊS?

Objetivo: Integração.

Desenvolvimento: as pessoas caminham pela sala e vão se cumprimentando à medida que se encontram: as saudações podem ser formais, efusivas, de cara feia, “morrendo de rir”, ou qualquer outra forma que cada participante possa imaginar.

Dinâmica 6

EU ENTREI NA RODA

Objetivo: Apresentação por grupos.

Desenvolvimento: Formar uma roda e cantar:

“Eu entrei na roda para ver como se dança /
Eu entrei na contradança eu já sei dançar”

A facilitadora ou facilitador chama, então, um grupo de participantes que vai para o centro da roda enquanto se canta a segunda estrofe:

“Lá vai uma, lá vão duas, lá vão três, pela
terceira / Lá se vai o meu amor num vapor para
Cachoeira.”

As pessoas que estão no centro retornam à roda, e a brincadeira recomeça até que todos os grupos tenham se apresentado.

Dinâmica 7

PASSEIO NA FLORESTA

Objetivo: Divisão em grupos.

Desenvolvimento: Todos caminham pela sala livremente — passeando na floresta. A facilitadora ou facilitador vai dizendo, por exemplo: “Olhe lá um bando de quatro araras”, e os/as participantes se reúnem em grupos de quatro. Volta-se ao passeio e vão sendo mencionados grupos de animais em números variados, sempre formando o grupo conforme o número, até que se chegue ao número desejado de pessoas para cada grupo.



Dinâmica 8

BOTE SALVA-VIDAS

Objetivo: Divisão em grupos.

Desenvolvimento: A facilitadora ou facilitador conta uma história de um navio em alto-mar que enfrenta uma tempestade. É preciso correr para os botes salva-vidas. Mas cada bote só comporta um número X de pessoas. Com mais, afunda, com menos, não sai do lugar. Assim, vamos tentando fazer botes de 4, de 5 de 7, etc., até chegar ao número desejado para cada grupo

Dinâmica 9

OS GANSOS

Objetivo: Refletir sobre o trabalho em equipe.

Desenvolvimento: O facilitador ou facilitadora lê, ou solicita que alguém leia, o seguinte texto de autoria desconhecida:

“Você sabe porque os gansos sempre voam formando um “V”?

Os cientistas dizem que:

1. À medida que cada ave bate suas asas, ela cria uma área de sustentação para a ave seguinte. Voando em “V”, o grupo inteiro consegue voar mais do dobro da distância que cada ave sozinha.
2. Quando o ganso líder se cansa, ele vai para a parte de trás do “V”, enquanto outro ganso assume a ponta.
3. Os gansos de trás grasnam para encorajar os

da frente a manter o ritmo e a velocidade.

4. Quando um ganso adoece ou se fere, e deixa o grupo, dois outros gansos saem da formação e seguem-no para ajudá-lo e protegê-lo. Eles o acompanham até que suas condições melhorem e, então, os três reiniciam a jornada, juntando-se a outra formação, até encontrar o grupo original.”

Em seguida, propõe as seguintes atividades:

- Escolher, em uma “chuva de idéias”, uma ou mais palavras-chave para cada uma das afirmações do texto. As palavras serão anotadas em um cartaz ou no quadro negro.
- Fazer uma reflexão conjunta sobre o que cada uma dessas palavras significa em um trabalho de equipe e para cada equipe representada na oficina

Dinâmica 10

O NÓ

Objetivo: Refletir sobre os pontos de estrangulamento de um projeto ou atividade e buscar soluções.

Desenvolvimento: Formar uma grande roda de mãos dadas. A facilitadora ou facilitador indica que cada participante deve tratar de ir passando por baixo dos braços das/os componentes da roda, sem soltar as mãos. Esse movimento forma um grande nó, que deverá ser desfeito também sem soltar as mãos, até voltar à posição inicial na roda.



Refletir sobre como e por que aconteceu o nó e como é que ele foi desfeito. Transferir a reflexão para os “nós” que queremos desatar na realidade e tratar de vê-los sob essas novas perspectivas de solução.

Dinâmica 11 SEGUINDO O LÍDER

Objetivo: Refletir sobre a prática e tipos de liderança.

Desenvolvimento: A facilitadora ou facilitador propõe a brincadeira dizendo: “Eu sou o(a) líder e tudo o que eu fizer, vocês me seguem e fazem igual. Depois de algum tempo, vou passar a liderança para outra pessoa. Todos têm que estar atentos para ver quem será o(a) novo(a) líder e fazer tudo o que ele/a faz. E quando for passada a liderança, sigam o/a outro líder e assim por diante.”

A brincadeira se desenvolve até que a facilitadora ou facilitador a interrompe dizendo: “Agora chega!..”

Inicia-se, então, a reflexão: “Isso é liderança? Que liderança é essa? Autoritária, que impõe o que fazer, delega a liderança a quem quer e bem entende... Há outro tipo de liderança? Como seria?”.

Dinâmica 12 CEGOS E ELEFANTES

Objetivo: Refletir sobre a importância de reunir esforços e compartilhar saberes.

Desenvolvimento: Pedir para alguém do grupo ler — ou fazer uma leitura conjunta — o conto “Os quatro cegos e o elefante” Após a leitura, pedir ao grupo que indique quais os principais pontos abordados e como isso se aplica à nossa atividade, a oficina, ao curso ou ao grupo de trabalho.

O conto:

“Era uma vez, lá muito longe, em um país da Ásia, quatro cegos que nunca haviam visto um elefante.

— O que é que vocês acham de a gente ir ver o rei, que é generoso, para que nos mostre seu elefante manso? disse um dos cegos.

— Vamos, sim - concordaram os outros.

E lá se foram para o palácio do rei. Chegaram ao pé do trono e, fazendo uma reverência, disseram ao rei:

— Viemos pedir a Sua Majestade que nos mostre seu elefante manso, porque somos cegos e não podemos vê-lo, mas queremos aprender.

— Que bom que querem aprender — disse o rei. Vou levá-los até lá. Podem tocá-lo à vontade, porque ele é manso.

O elefante estava limpo e brilhando, e, naquele momento, comia de uma enorme gamela bolos de arroz. Ao lado, uma gamela menor, cheia de bolos de milho.

Os quatro cegos se atiraram sobre o elefante e começaram a tocá-lo para saber como era. Um deles agarrou uma pata; o outro, pendurou-se na tromba e, aí, se balançava sem soltá-la; o terceiro, agarrou o rabo e começou a sacudi-lo com força; o último, nem chegou perto do elefante, mas agarrou uma ponta da gamela.



— Já sei — gritou o primeiro — o elefante é alto e redondo como uma torre!

— Não é, não — retrucou o segundo — é comprido e termina em ponta!

— Isso não é verdade — disse o outro — ele se parece com o badalo de um sino.

— Estão todos enganados — resmungou o quarto cego —, é duro como madeira e não se mexe. Então o rei disse: — Calma, meus amigos, nenhum de vocês acertou. Você, disse ao primeiro, agarrou só uma pata. E você, só a tromba. E os outros dois, o rabo e a ponta da gamela.

- Venham para cá os quatro e, juntos, com suas mãos, poderão saber como é um elefante. Assim o fizeram, e os quatro cegos compreenderam que juntos podiam muito mais que cada um por sua conta.”

Dinâmica 13 RECICLANDO

Objetivo: Avaliar pontos positivos e negativos de um determinado trabalho ou do desenvolvimento de uma oficina.

Desenvolvimento: Propõe-se às pessoas que mencionem, em relação ao trabalho realizado ou à oficina de que participaram, o que temos para “pôr em cima da mesa”, ou seja, mostrar, exibir a todos/as; e o que vamos jogar no lixo. Essa apresentação pode ser feita por meio de frases ou palavras que vão sendo escritas em dois cartazes: “Mesa” e “Lixo”, ou por meio de

desenhos que as pessoas vão fazendo em cartazes, onde estão desenhadas uma mesa e uma lata de lixo, respectivamente.

Depois que todas as pessoas opinaram, a facilitadora ou facilitador resume o que foi escrito nos dois quadros e propõe uma reflexão: das coisas que jogamos no lixo, o que pode ser reciclado, reaproveitando, transformando, dando outra utilização; e o que é realmente lixo, que tem que ser jogado fora definitivamente.

São elaborados, então, outros dois quadros: o do reciclado e o do lixo.

Encerra-se a atividade com um breve debate.

Dinâmica 14 DESENHO

Objetivo: Avaliar a percepção, a satisfação e o descontentamento dos/as participantes de uma oficina ou curso.

Desenvolvimento: Pedir a cada participante que faça um desenho representando a oficina: o que foi mais significativo, o que não gostou, o que ficou faltando, como se sentiu com o grupo, etc. Os desenhos são colocados em um varal para serem apreciados por todos/as os/as participantes, que fazem uma “visita” à exposição. Para concluir, a facilitadora ou facilitador coordena um pequeno debate, fazendo algumas considerações sobre os pontos mais relevantes que surgiram nos desenhos.



Dinâmica 15

COISAS DE HOMEM

X

COISAS DE MULHER

Materiais: 2 cartolinas e caneta piloto.

Objetivo: Explicitar a diferença entre o conceito de sexo e o conceito de gênero.

Desenvolvimento:

1. Explique os objetivos da dinâmica.
2. Afixe as duas cartolinas; em uma, colocar o título Coisas de Mulher; e, na outra, Coisas de Homem.
3. Peça aos/às participantes que pensem em características que consideram ser de mulher – em termos fisiológicos e comportamentais. Anote na respectiva cartolina.
4. Repita a solicitação, só que agora com relação às características do homem. Anote tudo o que for dito na respectiva cartolina.
5. Interaja com os/as participantes, colhendo impressões sobre o que foi descrito.
6. Faça uma síntese da atividade, grifando somente as características que são próprias de cada sexo, ou seja, na mulher: TPM, menstruação, amamentação, gravidez; e no homem: ejaculação, fecundação. Explique que todas as outras características que são comportamentais, são culturais, isto é, construídas através da socialização, portanto, podem ser revistas e alteradas.

Dinâmica 16

NASCE UM BEBÊ

Objetivo: Introduzir a noção de gênero como uma fonte de diferenciação social relacionada a outros fatores, como classe, raça, etnia, idade, orientação sexual, idade.

Desenvolvimento:

1. Antes da atividade, prepare 30 cartões, cada um com uma característica que lhe é oposta: rico(a)/pobre; menino/menina; branco(a)/negro(a); branco(a)/indígena; trabalhador(a) rural/proprietário(a) de terra; filho(a) de mãe solteira/filho(a) de casal; com deficiência/sem deficiência. Prepare duas cartolinas: uma para a criança “bem-sucedida” e outra para a “malsucedida”. Coloque-as uma ao lado da outra.
2. Apresente e explique a atividade às pessoas participantes.
 - Peça para que as pessoas se sentem em círculos.
 - Peça para as pessoas imaginarem que estão prestes a se tornar mãe ou pai de uma criança, para quem desejam as melhores oportunidades no futuro.
3. Distribua, aleatoriamente, dois cartões para cada participante.
4. Explique que a criança terá mais ou menos chances de “sucesso” dependendo de muitas questões sociais, culturais e pessoais.
5. Peça a uma pessoa de cada vez para trazer seu cartão, colocá-lo em uma das cartolinas e explicar por que escolheu a categoria “bem-



-sucedida” ou “malsucedida”. Pode-se abrir para comentários.

6. Peça para que a pessoa que tem o cartão oposto se apresente e coloque o cartão na cartolina contrária à primeira. Peça para explicar. E assim sucessivamente...

7. Faça uma síntese, enfatizando que gênero é uma das formas de diferenciação social e, por isso, precisa ser compreendido nos diferentes contextos sociais, e não em um vácuo social. Na maioria das sociedades, a diferenciação de gênero significa que as meninas têm menos chances de sucesso (independentemente do modo como cada cultura define sucesso). Embora gênero seja uma forma de diferenciação social, é também afetado por outros aspectos da identidade social, como classe, raça, etnia, idade...

(Fonte: Manual de Formação de Gênero da Oxfam, 1999)

Dinâmica 17

REDE DE SIGNIFICADOS

Objetivos: Explorar a riqueza da subjetividade, sensibilizar para a complexidade do processo comunicacional e aprofundar a reflexão sobre o fato de que os significados são reconstruídos pelas pessoas com base na influência cultural das diversas redes de relações.

Desenvolvimento:

1. Antes da atividade, prepare um grande novelo de barbantes coloridos, ora atados, ora soltos.

2. Apresente e explique a atividade às pessoas participantes, solicitando que formem um grande círculo.

3. Uma pessoa começa com o novelo na mão, apresentando-se e dizendo uma palavra que sintetize a expectativa que tem sobre a oficina. Em seguida, essa pessoa escolhe uma outra e joga o novelo para ela, que se apresenta e diz uma palavra de expectativa. E, assim, sucessivamente.

4. Quando todas as pessoas forem contempladas, terá sido formada uma grande rede. Faz-se, então, uma rodada sobre o significado do emaranhado da rede que foi tecida.

5. Faça uma síntese da atividade, enfatizando os diferentes significados que foram colocados pelas pessoas participantes para uma mesma questão, o que demonstra que cada pessoa “lê de acordo com sua ótica”, quer dizer, cada interpretação é feita de acordo com a influência cultural das diversas redes de relações em sua vida. Assim, o conteúdo discriminatório disseminado pela mídia, por exemplo, não causa efeito entorpecedor. São representações do mundo a serem analisadas, comparadas e reconstruídas.

Dinâmica 18

A MULHER NA MÍDIA

Objetivo: Exercitar a leitura crítica da mídia no que se refere aos estereótipos de gênero nas imagens e mensagens veiculadas, como etapa



fundamental para a posterior gestão de estratégias de intervenção, para alterar os padrões vigentes.

Desenvolvimento:

1. Antes da atividade, prepare uma cartolina com o *slogan* de uma campanha publicitária da cervejaria Kaiser, veiculada em 2003, que dizia “MULHER E CERVEJA: ESPECIALIDADES DA CASA”. Cole, na mesma cartolina, algumas imagens de mulheres de quaisquer propagandas de cerveja, que podem ser obtidas em revistas impressas ou na internet.
2. Apresente e explique a atividade às pessoas participantes, solicitando que se dividam em grupos. Cada grupo vai discutir os tópicos abaixo, escolhendo uma pessoa para coordenar e outra, para sistematizar em cartolinas, para posterior apresentação conjunta:
 - Qual a imagem da mulher que está sendo construída pelas campanhas publicitárias de cerveja? Por que permanece essa utilização estereotipada? (Se possível, tente discutir as lógicas culturais, econômicas e políticas que animam a mensagem.)
 - Que estratégia/s o grupo indicaria para alterar esse padrão vigente?
3. A pessoa encarregada pela sistematização de cada grupo apresenta, em plenária, as ideias trabalhadas.
4. No final da apresentação, abre-se um espaço para debates.
5. Faça uma síntese da atividade, enfatizando que a leitura crítica leva a uma maior conscientização para a criação de mecanismos

efetivos de interferência nos veículos e instâncias pertinentes. A intervenção na mídia, movida pela consciência cidadã, leva ao avanço de uma sociedade democrática, portanto, baseada em valores éticos e de igualdade.

Dinâmica 19

ESTEREÓTIPOS EM DEBATE

Objetivo: Despertar ou aumentar a consciência sobre os estereótipos sexistas, que reforçam a inequidade de gênero.

Desenvolvimento:

- 1) Com todas as pessoas participantes de pé em um mesmo lado da sala, o/a facilitador explica que, para cada afirmação que for feita, as pessoas que concordam com ela devem se posicionar do lado direito; as que não concordam, do lado esquerdo; e as que não têm opinião formada, no centro.
- 2) Depois que as pessoas se posiciam, o/a facilitador começa a colher diferentes impressões, contemplando os três lados. Sugere-se três impressões, mas, quando suscitar polêmica, ouvir mais participantes nas diferentes posições.

Sugestões de afirmações:

- a) Os homens são agressivos.
- b) As mulheres são sentimentais.
- c) Somente os homens podem ser bombeiros.
- d) As dificuldades com as tecnologias por parte das mulheres acontecem por razões biológicas.



e) É muito maior o número de homens que se formam engenheiros, por uma dificuldade natural das mulheres.

f) Poucos homens se dedicam a atividades voltadas para o cuidado com crianças e pessoas idosas, porque as mulheres possuem características naturais muito mais propícias a tal trabalho.

g) A cor azul é muito mais apropriada para os homens e a cor-de-rosa, para as mulheres.

h) Eu (ou meu pai ou mãe) compraria uma boneca para dar de presente para o filho e uma espada de luta para a filha.

i) Eu considero natural autorizar a filha a trazer o namorado para dormir em casa, da mesma forma que o filho pode trazer a namorada.

j) Meninas e meninos devem aprender a fazer as mesmas tarefas domésticas.

k) Os cargos de poder são exercidos com mais competência pelos homens, pela natural competência e espírito de autoridade.

Dinâmica 20

QUE BICHO É ESSE?

Objetivo: Refletir sobre os estereótipos que as pessoas carregam e que contribuem para reforçar atitudes discriminatórias.

Desenvolvimento:

1) O facilitador ou facilitadora pede às pessoas participantes que imaginem um animal que gostaria de ser, refletindo sobre as razões que levaram a essa escolha.

2) Passados uns três minutos, começa a fazer uma lista das pessoas e dos respectivos animais escolhidos, em duas colunas: uma, para participantes do sexo masculino, e outra, para o sexo feminino.

3) Inicia uma interação com as pessoas participantes, no sentido de identificar se as características dos animais escolhidos pelos homens são similares àquelas construídas culturalmente para o sexo masculino. Exemplo: cavalo, por transmitir força, decisão, etc. Da mesma forma, com relação às participantes do sexo feminino, que podem ter escolhido, por exemplo, o gato, por ser doce e terno.

4) Sugere-se refletir sobre as razões pelas quais são concebidas e se naturalizam as noções de feminino e masculino.

Dinâmica 21

O QUE VAMOS DIZER A ELES?

Objetivo: Tomar consciência da argumentação patriarcal para justificar a subordinação das mulheres, por meio de frases sobre as mulheres ditas por “grandes homens”, e fazer propostas para novas relações de gênero.

Desenvolvimento:

1) Formar pequenos grupos de três ou quatro participantes. Cada grupo receberá uma ficha com algumas frases famosas de pensadores, tendo dez minutos para discutir e elaborar uma resposta.



2) Em seguida, cada grupo encenará um “diálogo” com o personagem.

3) Durante a apresentação, os outros grupos poderão “entrar na conversa” e ampliar a argumentação.

Sugestões de frases famosas:

“Os homens covardes,
que foram injustos durante toda a sua vida,
serão provavelmente transformados em
mulheres quando reencarnarem.”
(Platão)

“A fêmea é fêmea em virtude de certa falta de
qualidade. A mulher é mais vulnerável à
piedade, chora com maior facilidade,
é mais chegada à inveja, à lamúria e à injúria.
Facilmente se deixa abater pelo desespero. É
menos digna de confiança.”
(Aristóteles)

“A mulher é um ser acidental e falho.
Seu destino é viver sob a tutela do homem.”
(Santo Tomás de Aquino)

“Não é, pois, surpreendente que em todos os
países os homens tenham se tornado os
mestres das mulheres, buscando-se na sua
força. Ele, em geral, é superior a ela pelo
corpo e pelo espírito.”
(Voltaire)

“É pouco dotada intelectualmente, caprichosa,
indiscreta, é moralmente fraca.
Sua única força é o encanto.
Sua virtude é aparente e convencional.”
(Kant)

“A educação das mulheres deve ser relativa a
dos homens. Em todos os tempos, os deveres
das mulheres, aqueles que devem ser
ensinados desde a infância, constituem em
agradar os homens, em ser-lhes útil, em
fazerem-se amar por eles ou educá-los quando
são pequenos, cuidar deles quando crescem,
dar-lhes conselhos, controlá-los e ensinar-lhes
a vida agradável e doce.”
(Rosseau)

“Quando vejo uma mulher ligada à História,
às questões jurídicas, à lógica e às drogas,
eu entro em crise.”
(Augusto Comte)

Dinâmica 22

Ditos e Contraditos

Objetivo: Tomar consciência de como a
subordinação da mulher está arraigada no
imaginário popular e “desconstruir” as imagens
estereotipadas.

Desenvolvimento:

- 1) Dividir as pessoas participantes em grupos.
- 2) Cada grupo vai pensar um dito popular / piada (exemplo: “mulher dirige mal, porque só sabe pilotar fogão”), um provérbio (“Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”) e um trecho de música (exemplo: “um tapinha não dói”) sobre a mulher.
- 3) Após analisá-los, o grupo irá criar um contradito.
- 4) Cada grupo apresenta os contraditos criados.
- 5) Ao final, é feito um debate sobre as reflexões das pessoas participantes.

[illegible]

[illegible]



QUESTIONÁRIO

ESCALA DE GÊNERO

Sugere-se a aplicação deste questionário em duas etapas:



antes da realização da oficina;



ao término da oficina.

Dentre os objetivos estão o de analisar, previamente, as ideias e atitudes sobre a equidade entre mulheres e homens; e, ao final do curso, constatar as mudanças ocorridas, de forma interativa.

As respostas são dadas fazendo-se um círculo ao redor do número mais próximo a cada afirmação, sendo:

- | | |
|---|-----------------------|
| 1 | Concordo inteiramente |
| 2 | Concordo parcialmente |
| 3 | Estou indeciso/a |
| 4 | Discordo parcialmente |
| 5 | Discordo totalmente |

1) É justificável que um homem agrida uma mulher se ela não cumprir com suas tarefas domésticas e não cuida dos filhos.

1 2 3 4 5

2) Cabe às próprias mulheres se organizarem e pressionarem o governo para que seus direitos sejam respeitados e garantidos.

1 2 3 4 5

3) A mulher deve ser responsável pela troca da fralda, pelo banho e por dar comida aos filhos, pois é ela quem engravida.

1 2 3 4 5



4) O casal deve decidir junto se quer ter filho.

1 2 3 4 5

5) A educação dada aos meninos deve ser diferente daquela dada às meninas.

1 2 3 4 5

6) A decisão pelo aborto deve ser considerada um direito da mulher.

1 2 3 4 5

7) O dever do homem é ganhar dinheiro e o da mulher, é cuidar da casa e da família.

1 2 3 4 5

8) As mulheres, de modo geral, estão em situação de desigualdade/desvantagem em relação aos homens.

1 2 3 4 5

9) O homem precisa mais de sexo do que a mulher.

1 2 3 4 5

10) Mulher que já teve mais parceiros sexuais do que seu companheiro é promíscua.

1 2 3 4 5

11) O poder público deve trabalhar para diminuir as desigualdades sociais, raciais e entre homens e mulheres.

1 2 3 4 5

12) É justificável que um homem agrida uma mulher se ela se comporta e/ou se veste de maneira provocante.

1 2 3 4 5

13) Se o homem pagar as despesas da casa, ele tem o direito de ter a última palavra.

1 2 3 4 5

14) A mulher tem mais dificuldades de lutar pelos seus próprios direitos que os homens.

1 2 3 4 5

15) É aceitável que a mulher ganhe mais do que o seu parceiro.

1 2 3 4 5



16) Trabalhar fora é a principal maneira de uma mulher se tornar independente, ter autonomia.

1 2 3 4 5

17) Há certos trabalhos que devem ser realizados só pelos homens.

1 2 3 4 5

18) Um/a homossexual tem o direito de viver sua sexualidade sem sofrer discriminações ou violência.

1 2 3 4 5

19) Exercer uma atividade profissional é importante para homens e mulheres.

1 2 3 4 5

20) É justificável que um homem agrida uma mulher se ela o traiu.

1 2 3 4 5

21) As pessoas acham que todo/a negro/a é sempre suspeito/a.

1 2 3 4 5

22) A mulher é a única responsável pelo trabalho doméstico.

1 2 3 4 5

23) A vida familiar fica prejudicada quando a mulher tem um emprego de tempo integral.

1 2 3 4 5

24) Mulher que leva camisinha na bolsa não é para casar.

1 2 3 4 5

25) Eu nunca teria uma amiga lésbica ou um amigo gay.

1 2 3 4 5

26) Quando o marido obriga a mulher a transar é estupro.

1 2 3 4 5

27) É o homem que deve determinar quando a mulher pode sair de casa sozinha.

1 2 3 4 5



28) Os/As brancos/as são preferidos aos negros/as para ocupar uma vaga no mercado de trabalho, porque têm boa aparência.

1 2 3 4 5

29) Os homens deveriam dividir igualmente todas as tarefas domésticas.

1 2 3 4 5

30) A mulher deve aguentar a violência para manter sua família unida.

1 2 3 4 5

31) De maneira geral, as mulheres brasileiras têm a mesma oportunidade que os homens de assumir cargos públicos ou a liderança de programas ou projetos.

1 2 3 4 5

32) Algumas pessoas dizem que não são racistas, mas não querem que os filhos/as se casem com pessoas de outra cor/raça.

1 2 3 4 5

33) O trabalho da mulher — fora de casa — é apenas uma ajuda para o orçamento doméstico.

1 2 3 4 5

34) No caso de habitações populares, a escritura deve sair no nome da mulher mesmo que ela seja casada.

1 2 3 4 5

35) Uma mulher deve ter o direito de trabalhar fora de casa, mesmo que o marido não queira.

1 2 3 4 5

36) O trabalho mais importante da mulher é cuidar da casa e cozinhar para sua família.

1 2 3 4 5

37) A mulher deve participar igualmente na decisão de como gastar o dinheiro da família.

1 2 3 4 5

38) As mulheres brancas têm mais chances de ascensão (financeira, profissional, pessoal) do que as mulheres negras.

1 2 3 4 5



39) É justificável que um homem agrida uma mulher se ela não quiser transar com ele.

1 2 3 4 5

40) Os homens deveriam cuidar mais dos/as filhos/as do que cuidam atualmente.

1 2 3 4 5

41) Políticas públicas são as várias formas de atuação do Estado e de seus diferentes governos, nas questões ligadas à vida econômica, social e política de seus cidadãos e cidadãs.

1 2 3 4 5

42) Os negros/as deveriam ter mais chances para entrar na universidade pelo fato de ser um/a negro/a.

1 2 3 4 5

43) Homens e mulheres já nascem diferentes, portanto, é natural desenvolverem diferentes papéis na sociedade.

1 2 3 4 5

44) É justificável quando um homem agride uma mulher se ele está sofrendo pelo desemprego e se embriagou.

1 2 3 4 5

45) Cabe ao governo garantir que não exista nenhuma forma de discriminação das mulheres por meio de leis e das políticas públicas.

1 2 3 4 5

46) Toda mulher só se realiza se for mãe.

1 2 3 4 5

47) Ter uma vida sexual prazerosa é um direito fundamental e, por isso, deve ser considerado um direito humano básico, tanto para homens quanto para mulheres.

1 2 3 4 5

48) Mulheres devem ter o direito de usar anticoncepcionais para evitar gravidez mesmo que seu marido não queira.

1 2 3 4 5



49) As políticas públicas – programas e projetos – beneficiam de maneira igual a homens e mulheres.

1 2 3 4 5

50) O casal deve decidir junto o tipo de anticoncepcional que vai usar.

1 2 3 4 5

51) Os Direitos Humanos são os mesmos para homens e mulheres.

1 2 3 4 5

52) Se o cara engravida uma mulher, o filho é de responsabilidade dos dois.

1 2 3 4 5

(Fonte: Projeto Horizons, desenvolvido pelo Instituto Promundo e Population Council.)

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



QUESTIONÁRIO *ESCALA DE GÊNERO* (reduzido)

Trabalho em Grupo:



A sugestão é a de que as/os participantes respondam a este questionário individualmente, debatendo, em seguida, entre as pessoas do grupo.



O principal objetivo é o de levantar as ideias e atitudes sobre a equidade entre mulheres e homens.



Os principais pontos debatidos no grupo devem ser anotados para apresentação em plenária.



As respostas são dadas fazendo-se um círculo ao redor do número mais próximo a cada afirmação, sendo:

- | | |
|---|-----------------------|
| 1 | Concordo inteiramente |
| 2 | Concordo parcialmente |
| 3 | Estou indeciso/a |
| 4 | Discordo parcialmente |
| 5 | Discordo totalmente |

1) É justificável que um homem agrida uma mulher se ela não cumpre com suas tarefas domésticas e não cuida dos filhos.

1 2 3 4 5

2) As mulheres, de modo geral, estão em situação de desigualdade / desvantagem em relação aos homens.

1 2 3 4 5

3) É justificável que um homem agrida uma mulher se ela se comporta e/ou se veste de maneira provocante.

1 2 3 4 5

4) Se o homem pagar as despesas da casa, ele tem o direito de ter a última palavra.

1 2 3 4 5



5) Há certos trabalhos que devem ser realizados só pelos homens.

1 2 3 4 5

6) É justificável que um homem agrida uma mulher se ela o traiu.

1 2 3 4 5

7) Quando o marido obriga a mulher a transar é estupro.

1 2 3 4 5

8) É o homem que deve determinar quando a mulher pode sair de casa sozinha.

1 2 3 4 5

9) A mulher deve aguentar a violência para manter sua família unida.

1 2 3 4 5

10) O trabalho da mulher - fora de casa - é apenas uma ajuda para o orçamento doméstico.

1 2 3 4 5

11) Uma mulher deve ter o direito de trabalhar fora de casa, mesmo que o marido não queira.

1 2 3 4 5

12) É justificável que um homem agrida uma mulher se ela não quiser transar com ele.

1 2 3 4 5

13) Homens e mulheres já nascem diferentes, portanto é natural desenvolverem diferentes papéis na sociedade.

1 2 3 4 5

14) É justificável quando um homem agride uma mulher se ele está sofrendo pelo desemprego e se embriagou.

1 2 3 4 5

15) Toda mulher só se realiza se for mãe.

1 2 3 4 5

16) Mulheres devem ter o direito de usar anticoncepcionais para evitar gravidez mesmo que seu marido não queira.

1 2 3 4 5



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREOLA, B.A. *Dinâmica de Grupo: jogo da vida e didática do futuro*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1996.

ANTUNES, C. *Manual de Técnicas de dinâmica de grupo, de sensibilização, de ludopedagogia*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1987.

BAIRROS, F.; OLIVEIRA, M.L.P. de. *Violência fatal: a vulnerabilidade das mulheres negras*. [Apresentado no III Seminário Internacional Rotas Críticas da Violência. Porto Alegre. maio de 2011]. Mimeo.

BOAL, A. *200 exercícios e jogos para o ator e o não-ator com vontade de dizer algo através do teatro*. 2ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.

CHARF, C., coord. *Brasileiras Guerreiras da Paz*. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2004.

FAGUNDES, T.C.P.C. Educação e Construção da Identidade de Gênero. In: FAGUNDES, T.C.P.C. *Ensaio sobre Gênero e Educação*. Salvador: UFBA, 2001.

FRITZEN, S.J. *Dinâmicas de recreação e jogos*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1996.

KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MELO, V. *Folclore infantil*. Belo Horizonte-MG: Ed. Itatiaia, 1980.

MIRANDA, N. *200 jogos infantis*. 8ª ed. Belo Horizonte-MG: Ed. Itatiaia, 1983.

MONTEIRO, R.F. *Jogos Dramáticos*. São Paulo: McGraw-Hill, 1980.

NOVAES, I.C. *Brincando de Roda*. São Paulo: Livraria Agir Editora, 1983.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). *Violência Contra a Mulher e Saúde no Brasil - Estudo Multipaíses da OMS sobre Saúde da Mulher e Violência Doméstica*. Brasília: OMS, 2004.

PLOU, D.; VIEIRA, V. *Mulher e Tecnologias - a virtualidade como espaço transformador das relações de gênero*. São Paulo: Rede Mulher de Educação, 2007.

PORTELLA, A.P.; GOUVEIA, T. *Idéias e Dinâmicas para trabalhar com gênero*. Recife: SOS Corpo, 1998.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. *Preconceitos contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008. (Preconceitos). v.5.

PROGRAMA NACIONAL DE DST E AIDS. *Campanha: Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida*. Ministério da Saúde. Brasília: Programa Nacional de DST e Aids, s/d.



ROSSINI, E.; SAIDEL, R.; CALIÓ, S.; JESUS, I. USP lança guia prático sobre ensino e educação com igualdade de gênero. *Revista Comunicação e Educação*, USP-ECA/Ed.Moderna, n.8, Jan-Abr/1997.

UNESCO: *Linguagem Não-Sexista*. São Paulo: Ed. Texto Novo, 1996.

VIEIRA, V.F. *Comunicação e Feminismo: as possibilidades da era digital*. Tese (Doutorado). ECA, USP, 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2012. Os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

WERNECK, Jurema. *Mulheres Negras e violência no Rio de Janeiro. Participação das Mulheres no Acompanhamento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres a partir do II Plano Nacional de Políticas para Mulheres*. Rio de Janeiro: ONG Criola. 2010.

SITIOGRAFIA

PINEDA, M., coord. *Unidad Didáctica Yo Tu El/Ella Sexista*. Cladem (Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer). República Dominicana. Campaña Educación no sexista y antidiscriminatoria. CIPAF.2008. Disponível em: <http://educacion-nosexista.org/repo/guiasexistauv.pdf> . Acesso em 15 jun. 2011.

www.1000peacewomen.org. Acesso em: 15 jun. 2011.

www.onu.org. Acesso em: 15 jun. 2011.

www.redemulher.org.br. Acesso em: 15 jun. 2011

www.promundo.org.br. Acesso em: 15 jun. 2011

www.mulherespaz.org.br. Acesso em: 02 ago. 2012